



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO- UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS- ICSA
GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL



LAIS EMANUELLE MENDES FERREIRA

MONOGRAFIA

**O CLIENTELISMO E SEU IMPACTO NO TRABALHO DE ASSISTENTES
SOCIAIS**

MARIANA-MG
2024

LAIS EMANUELLE MENDES FERREIRA

**O CLIENTELISMO E SEU IMPACTO NO TRABALHO DE ASSISTENTES
SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Serviço Social

Orientador(a): Dr^a Virgínia Alves Carrara

MARIANA-MG
2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F383c Ferreira, Lais Emanuelle Mendes.
O Clientelismo e seu impacto no trabalho de assistentes sociais.
[manuscrito] / Lais Emanuelle Mendes Ferreira. - 2024.
96 f.: il.: tab..

Orientadora: Profa. Dra. Virginia Alves Carrara.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Capitalismo. 2. Clientelismo. 3. Serviço social. 4. Trabalho qualificado. I. Carrara, Virginia Alves. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Laís Emanuelle Mendes Ferreira

O CLIENTELISMO E SEU IMPACTO NO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em 03 de outubro de 2024.

Membros da banca

[Dra.] - Virgínia Alves Carrara - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
[Dra.] - Virgínia Alves Carrara - (Universidade Federal de Ouro Preto)
[Dra.] - Adriana de Andrade Mesquita - (Universidade Federal de Ouro Preto)
[Bacharel em Serviço Social] - Tamires Cipriano - (Prefeitura Municipal de Mariana)

[Virgínia Alves Carrara], orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 10/10/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Virginia Alves Carrara**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/10/2024, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0792982** e o código CRC **B0777C06**.

*Dedico esta monografia a Deus, aos meus pais, e a todos que
contribuíram para que eu chegasse até aqui.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, pelo dom da vida, por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para chegar até aqui, sem deixar que o desânimo e o cansaço me fizessem desistir.

À minha família, especialmente aos meus pais, Maria de Lourdes e Manoel, por serem meu porto seguro, não medindo esforços para que seguisse firme na realização deste sonho, de uma formação em uma Universidade pública, gratuita e de qualidade. Agradeço pelo cuidado, atenção e paciência, pelas orações, pela compreensão nos momentos em que não estive presente.

À minha irmã, Ariele, agradeço pelo companheirismo, apoio, pelos conselhos e carinho que sempre teve comigo. A minha sobrinha e afilhada, Cecília, por ser a alegria e luz nos momentos mais difíceis da minha trajetória, alegrando meus dias, apesar da distância.

Ao meu noivo, Paulo Vitor, agradeço por todo apoio, conselhos, atenção e paciência. Agradeço por ser meu incentivo diário, por me encorajar a buscar excelência e a superar meus limites. Gratidão por ser meu porto seguro, por todo o amor incondicional e por estar presente em minha vida em todos os momentos e agora, partilhando esta conquista comigo.

Aos amigos que chegaram, em especial a minha amiga Laura, por ser minha companheira em todos os momentos, e nas horas mais difíceis, lá estava você! Aos professores do Departamento de Serviço Social, meu eterno agradecimento pelo conhecimento repassado, com tanta qualidade. Em especial minha professora e orientadora, Virgínia Alves Carrara, gratidão por todo ensinamento, por todo cuidado e paciência neste processo.

Agradeço também, a professora Adriana de Andrade Mesquita, pela dedicação depositada nas aulas de Oficina de Estágio, que ficaram mais leves e didáticas, tornando um espaço de trocas, qualificando o processo de estágio. A minha supervisora de campo nos Estágios supervisionados I, II e III, Tamires Cipriano, sou grata pelos ensinamentos, companheirismo, amizade e compreensão nas manhãs de estágio.

À Universidade Federal de Ouro Preto, agradeço pelas vivências nos diversos espaços da universidade, pelas experiências que tive como bolsista no Colegiado de

Serviço Social; no Programa Pró-Ativa e Pet-Saúde. A experiência em ensino-pesquisa é única e, o acesso aos programas e projetos que a educação superior pública foram cruciais para minha formação.

Enfim, a todos que contribuíram, direta ou indiretamente neste processo, obrigada.

RESUMO

Esta monografia busca estudar o clientelismo e o seu impacto no trabalho de assistentes sociais, no contexto de capitalismo dependente na América Latina, com destaque para o Brasil. A profissão de Serviço Social, inscrita na divisão sócio sexual, racial e técnica do trabalho é aqui compreendida com significado social e atravessada por determinantes sócio-históricos. Nesse sentido, buscou-se compreender a formação sócio-histórica e econômica da realidade brasileira, a partir da particularidade de capitalismo dependente, na indissociabilidade com o racismo e o heteropatriarcado. Analisamos o clientelismo na atualidade, assim como o trabalho da/o assistente social, considerando sua relativa autonomia, a fim de compreender os limites e possibilidades do trabalho profissional. Para o desenvolvimento do estudo, considerando a perspectiva crítica sustentada na teoria social de Marx, recorreremos a duas frentes de investigação, sendo a pesquisa bibliográfica e a revisão sistemática de literatura. Esta última, utilizando-se do *Software Start*, voltada para identificar como o clientelismo tem se apresentado na contemporaneidade da realidade latino-americana, com ênfase nos achados no Brasil. Quanto à pesquisa bibliográfica, ela centrou-se na formação sócio-histórica e no Serviço Social, com destaque para os trabalhos publicados nos Anais dos últimos dois encontros do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) - 2019-2022, em que a temática clientelismo foi discutida. Os resultados encontrados neste estudo apontam a incidência do clientelismo no trabalho de assistentes sociais, bem como a pouca produção e discussão sobre o tema na categoria. Por isso, este estudo também busca contribuir para uma maior compreensão deste desafio, e a instigar novas reflexões e estudos sobre o clientelismo e o Serviço Social, ressaltando que o clientelismo tem sido persistente na contemporaneidade.

Palavras-chave: Clientelismo; Trabalho profissional; Autonomia Relativa; Capitalismo dependente; Serviço Social.

RESUMEN

Esta monografía busca estudiar el clientelismo y su impacto en el trabajo de los trabajadores sociales, en el contexto del capitalismo dependiente en América Latina, con énfasis en Brasil. La profesión de Servicio Social, incluida en la división sociosexual, racial y técnica del trabajo, es entendida aquí con significado social y atravesada por determinantes sociohistóricos. En este sentido, buscamos comprender la formación sociohistórica y económica de la realidad brasileña, a partir de la particularidad del capitalismo dependiente, inseparable del racismo y del heteropatriarcado. Analizamos el clientelismo actual, así como el trabajo de los trabajadores sociales, considerando su relativa autonomía para comprender los límites y posibilidades del trabajo profesional. Para desarrollar el estudio, considerando la perspectiva crítica sustentada en la teoría social de Marx, recurrimos a dos frentes de investigación, la investigación bibliográfica y la revisión sistemática de la literatura. Este último, utilizando Software Start, tuvo como objetivo identificar cómo el clientelismo se ha presentado en la realidad latinoamericana contemporánea, con énfasis en los hallazgos en Brasil. En cuanto a la investigación bibliográfica, se centró en la formación sociohistórica y el Trabajo Social, con énfasis en los trabajos publicados en los Anales de las dos últimas reuniones del Congreso Brasileño de Trabajadores Sociales (CBAS) - 2019-2022, en los que el clientelismo se discutió el tema. Los resultados encontrados en este estudio señalan la incidencia del clientelismo en el trabajo de los trabajadores sociales, así como la poca producción y discusión sobre el tema en la categoría. Por lo tanto, este estudio también busca contribuir a una mayor comprensión de este desafío, y suscitar nuevas reflexiones y estudios sobre el clientelismo y el Servicio Social, destacando que el clientelismo ha sido persistente en la época contemporánea.

Palabras clave: Clientelismo; Trabajo profesional; autonomía relativa; Capitalismo dependiente; Servicio social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Fluxograma da revisão sistemática	28
--	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Artigos selecionados para revisão sistemática	29
--	-----------

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAS	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ASSISTENTES SOCIAIS
ABES	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
ABEPSS	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL
BF	BOLSA FAMÍLIA
CBAS	CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS
CEAS	CENTRO DE ESTUDOS E AÇÃO SOCIAL DE SÃO PAULO
CF	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
CFESS	CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL
CLT	CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS
CRAS	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CRESS	CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL
ECA	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EIR	EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA
ENESSO	EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL
FNAS	FUNDO NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
JOC	JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA
LOAS	LEI ORGÂNICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MDSA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
MG	MINAS GERAIS
NAS	NÚCLEO DE ASSISTENTES SOCIAIS
NOB/ RH	NORMA OPERACIONAL BÁSICA- RECURSOS HUMANOS
OAS	ORGANIZAÇÃO DOS ESTUDOS AMERICANOS
OMS	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE

PEP	PROJETO ÉTICO POLÍTICO
PNAS	POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
SEDESC	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA
SUAS	SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TCC	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
TIC	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES
UFOP	UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E O CLIENTELISMO..	18
1.1 A Formação sócio-histórica brasileira: capitalismo dependente e relações sociais de classe, raça e gênero na América Latina	18
1.2 Clientelismo: Uma realidade a partir de uma revisão sistemática	23
1.2.1 Métodos.....	26
1.2.2 Resultados.....	27
1.2.3 Discussão dos resultados	30
2 O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA: TRAJETÓRIA DO TRABALHO PROFISSIONAL	38
2.1 O cotidiano profissional: Retomando as bases ontológicas da categoria trabalho	38
2.2 Serviço Social na história: Significado social da profissão no Brasil	43
3 O CLIENTELISMO NA ATUALIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ANAIS DO CBAS DE 2019 E 2022	58
3.1 O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: Aproximações ao estudo do clientelismo e o Serviço Social	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objeto de estudo o clientelismo no Brasil, na formação sócio-histórica e política da sociedade brasileira e como ele impacta o trabalho do assistente social. A escolha deste tema transcorreu da minha experiência e reflexões desenvolvidas no estágio no Setor de Habitação, inserido na Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC), no município de Mariana- Minas Gerais.

Em maio de 2023, iniciei o estágio, sendo supervisionada pela assistente social do setor, acompanhamento formativo que é imprescindível e obrigatório na graduação em Serviço Social, conforme as normativas da Política Nacional de Estágio (PNE/ 2010) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). O estágio¹ é um dos componentes indispensáveis para obtenção do diploma de bacharel em Serviço Social conforme a supracitada Diretriz, assim como o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)², além das disciplinas do curso que compõem os Núcleos de Fundamentação do Serviço Social³, dentro da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

¹ O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre Unidade de Ensino e Unidade Campo de Estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993). O Estágio Supervisionado é concomitante ao período letivo escolar (Abepss, 1996, p.19).

² O Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência curricular para obtenção de diploma no curso de graduação em Serviço Social. Deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso. Este processo de sistematização, quando resultar de experiência de estágio, deve apresentar os elementos do trabalho profissional em seus aspectos teórico-metodológico-operativos. Realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmicas científicas. Portanto, o TCC se constitui numa monografia científica elaborada sob a orientação de um professor e avaliada por banca examinadora. (Abepss, 1996, p.19).

³ As Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) indicam que o Núcleo de Fundamentação do Serviço Social é composto por três componentes imprescindíveis para o Serviço Social, sendo eles: **1- Teórico-metodológicos da Vida social**, cujo objetivo é trazer “uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa, apreendida em seus elementos de continuidade e ruptura, frente a momentos anteriores do desenvolvimento histórico” (Abepss, 1996, p.28), **2- Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira**, buscando o “conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, na sua configuração dependente, urbano - industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional”(Abepss, 1996, p. 29), **3- Trabalho profissional**, indicando a “profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social”(Abepss, 1996, p. 31). Também, é o momento onde a prática, estratégias

Conforme a Lei 8662/1993, que dispõe sobre a Regulamentação do trabalho do Assistente Social, o artigo 5º constitui as atribuições privativas da/o assistente social, em que a supervisão de estágio em Serviço Social torna-se atribuição privativa do assistente social, “VI- treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social (Brasil, 1993)”. Neste sentido, o Estágio Curricular Obrigatório é realizado durante três semestres consecutivos, de acordo com o período escolar, articulado com a Oficina de estágio I, II e III. No primeiro momento, destaca-se a observação e o conhecimento entendido como problematizações acerca da realidade institucional, na elaboração de uma análise institucional, que posteriormente no processo de estágio II irá instigar a elaboração do projeto de intervenção, construindo novas possibilidades para intervenção profissional, e que, ao decorrer do estágio III, este projeto de intervenção será implementado, monitorado e avaliado.

No processo de estágio I, foi identificado entraves recorrentes no cotidiano de trabalho da/o assistente social para a execução e materialização de seu trabalho em consonância com o Projeto Ético Político (PEP), o que motivou o desenvolvimento deste estudo.

Estes entraves podem ser exemplificados como os encontrados nos encaminhamentos ao setor de habitação por parte de vereadores, que são membros do poder legislativo do município. Os ofícios, em sua grande maioria, solicitavam o personalismo dos atendimentos realizados no setor, a exemplo de nomes e contatos de pessoas atendidas, principalmente daquelas que demandam benefícios de materiais de construção e reformas, conforme a Lei Complementar nº191 de dezembro de 2019⁴.

O município de Mariana possui programas de Habitação, visando a moradia por meio do recebimento de benefícios como materiais de construção e mão de obra. Durante o período de estágio, essas obras estavam paralisadas por processos internos. Por esse motivo, diariamente chegavam questionamentos de vereadores sobre paralisações de obras de seus eleitores, devido à falta de licitação de materiais de construção. Porém, não

profissionais e os meios de trabalho são objetivados, tendo em mente questionamentos a exemplo: *o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer.*

⁴ A lei complementar nº 191, de 05 de novembro de 2019. "Institui o programa municipal de habitação de interesse social, dispõe sobre o conselho municipal de habitação de interesse social e dá outras providências". Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/m/mariana/lei-complementar/2019/20/191/lei-complementar-n-191-2019-institui-o-programa-municipal-de-habitacao-de-interesse-social-dispoe-sobre-o-conselho-municipal-de-habitacao-de-interesse-social-e-da-outras-providencias> Acesso em: 20 de abril de 2024.

cabia aos assistentes sociais responderem a estes questionamentos, uma vez que as paralisações estavam sob processos administrativos e judiciais.

Além disso, há situações em que as/os usuárias/os chegam acompanhadas/os por assessores de vereadores do município, tutelando o indivíduo, excluindo o lugar de fala do usuário, ou seja, não abrindo a possibilidade do indivíduo de falar sobre sua realidade social. Estas situações ocorrem, muitas vezes, quando se solicita o benefício de materiais de construção, mão de obra, ou para reforma e construção residencial.

Os vereadores fazem parte do poder legislativo, e possuem a função de elaborar, discutir e votar sobre os projetos de leis, bem como a fiscalização da administração, de projetos, emendas e resoluções. Entretanto, muitos vereadores procuram fazer atendimentos à população em seus gabinetes, uma vez que, os cidadãos os procuram para serem contemplados com algum benefício social, numa prática assistencialista e benevolente. Conseqüentemente, a população recorre ao vereador para ser atendida em suas demandas como: consultas e exames médicos, vagas para crianças em creches e escolas, como também materiais de construção. Essa prática, comum no município de Mariana, vem tensionando o trabalho da/o assistente social.

No cotidiano do trabalho, há situações em que o próprio indivíduo, em sua fala durante o atendimento, relata sua exaltação pelo político, reconhecendo-o como sujeito benevolente, que concede benefícios, contrariando a concepção de direitos sociais, constituídos por lei⁵, cujo é um dever do Estado garanti-los, e não de vereadores, que utilizam deste meio para atingirem seus interesses políticos. Assim, as/os usuários/as da política social acabam considerando o acesso ao direito social como uma “ajuda” do poder público, e não se reconhecendo como sujeitos políticos com direitos sociais.

Conseqüentemente, nos atendimentos realizados no setor de habitação, há relatos de usuários que receberam materiais de construção para terminarem suas moradias. Muitos destes, são encaminhados, posteriormente, ao setor por vereadores, para novamente serem beneficiados, muitas vezes sem atenderem aos requisitos exigidos e que são analisados pela/o profissional de Serviço Social, de acordo com o que a legislação específica da área determina. Em situações como esta, caso o indivíduo

⁵ No Art. 6º da Constituição Federal, promulgada em 1988, “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988).

encaminhado não seja beneficiado, surgem a chegada de novos ofícios, questionando a resposta da/o assistente social.

Uma das motivações para que a população busque por seus direitos por meio do vereador pode estar associada a focalização e fragmentação das políticas sociais, devido a estratégia neoliberal e as contrarreformas postas nos anos anteriores, bem como uma tardia cultura de direitos sociais. Lembremos que é somente na Constituição Federal de 1988, em seu Título VIII “Da Ordem Social” que o Estado assume a responsabilidade pela Seguridade Social e pelos Direitos Sociais.

Diante dessa tensão entre o trabalho a ser desenvolvido pela/o profissional de Serviço Social e as pressões advindas do poder legislativo do município surgiu a necessidade de aprofundar os limites e possibilidades do exercício profissional em consonância com o PEP.

Neste sentido, o estágio no setor de habitação possibilitou a investigação crítica e interventiva, onde houve a oportunidade de compreender a realidade social, dentro do processo de ensino e aprendizagem, na construção de conhecimentos e experiências para qualificação da formação profissional. Neste contexto, nos perguntamos: esta prática é expressão do que comumente se nomeia como clientelismo? Mas afinal o que é clientelismo? Dagnino (1994), revela que o clientelismo “perpassa todas as esferas da vida social: família, Estado, relações de trabalho, instituições escolares, cultura. Neste prisma, as relações sociais estão fundamentadas, prioritariamente, no clientelismo, apadrinhamento, desigualdade e violência.”

Se tomamos o Serviço Social como trabalho, portanto, é uma profissão inscrita na divisão sócio-técnica, sexual e racial do trabalho. Ademais, tem como um dos princípios fundamentais do Código de Ética (1993) a defesa intransigente da liberdade e a defesa dos direitos sociais dos cidadãos, conduzido por princípios éticos e políticos, com capacidade crítica e teórico metodológica na perspectiva de totalidade. Nessa ótica, faz-se necessário compreender os entraves, e aqui especificamente o clientelismo, como ele vem impactando o exercício profissional.

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho transcorre da investigação sobre o clientelismo e seu impacto no trabalho da/o assistente social. Este objetivo geral, desdobra-se nos objetivos específicos, onde buscamos: compreender a formação sócio-histórica brasileira, a partir da particularidade de capitalismo dependente, na indissociabilidade com o racismo e o heteropatriarcado; analisar o clientelismo na atualidade, assim como o trabalho da/o assistente social, considerando sua relativa

autonomia, a fim de compreender os limites e possibilidades do trabalho profissional do assistente social.

Sustentados pela teoria social crítica de Marx, nossa pesquisa é do tipo exploratória, de caráter descritivo-crítico, designando “Um estudo teórico elaborado a partir da reflexão pessoal e da análise de documentos escritos, originais primários denominados fontes, segue uma sequência ordenada de procedimentos” (Salvador, 1986). O estudo possui abordagem qualitativa, que conforme Minayo (2009, p.21) parte de uma análise de elementos da realidade social, já que o homem não se distingue em apenas agir, mas também por pensar e interpretar suas ações realizadas e vividas. Para isso, recorremos a duas frentes de investigação, sendo a pesquisa bibliográfica e a revisão sistemática de literatura.

A pesquisa bibliográfica constituída de “um material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil,1989, p.71) centrou-se sobre a formação sócio-histórica brasileira, o Serviço Social, e nos propusemos a analisar os trabalhos publicados nos Anais dos últimos dois encontros do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) - 2019-2022, e a temática do clientelismo.

Já a revisão sistemática, consiste em revisar uma grande quantidade de estudos que analisam uma determinada categoria, preocupando-se com estimativas e relatos de resultados semelhantes, (Siddaway et. al., 2019, Apud Galvão; Ricarte, 2020, p. 59). Dessa forma, utilizou-se o *Software Start*, voltado para identificar como o clientelismo tem se apresentado na contemporaneidade da realidade latino-americana, com ênfase nos achados no Brasil.

Deste modo, o trabalho está organizado três capítulos, e como ponto de partida, tecemos uma análise da particularidade sócio-histórica brasileira no capítulo um, em que, as estruturas arcaicas pertencentes a formação do país ainda estão presentes na contemporaneidade, tendo relação intrínseca com a dialética da dependência. O clientelismo aparece como um elemento desta formação sócio-histórica, vinculado à ideologia do favor. Diante da centralidade da temática clientelismo, buscamos aprofundar o estudo recorrendo-se a revisão sistemática para compreensão do clientelismo na atualidade. O segundo capítulo buscou visitar a profissão no movimento da história, recuperando sua trajetória e as respostas construídas diante das múltiplas expressões da questão social. O terceiro capítulo concentra-se na pesquisa nos Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS de 2019 e de 2022, a fim de identificar se a

temática do clientelismo compareceu e como é discutido nos trabalhos apresentados. Por fim, tecemos as considerações finais sobre o estudo.

1 A FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA BRASILEIRA E O CLIENTELISMO

Este capítulo tem como objetivo abordar a formação sócio-histórica brasileira, de um país que ainda mantém estruturas arcaicas, embasadas em uma formação de capitalismo dependente e periférico. Dessa forma, encontramos o clientelismo como um elemento ainda presente nesta formação sócio-histórica, vinculado à ideologia do favor, se contrapondo aos direitos sociais dos cidadãos.

Para o desenvolvimento das reflexões aqui propostas, as relações de raça, classe e gênero, compreendidas como categorias constitutivas do modo de produção e reprodução capitalista, da formação social brasileira, tem sua gênese na dominação dos povos indígenas e escravização de pessoas negras raptadas e traficadas para o Brasil. Assim, estas categorias serão essenciais para compreendermos a formação sócio-histórica do país, que guarda também as marcas do patriarcado, do machismo, do racismo e do sexismo.

1.1 A Formação sócio-histórica brasileira: capitalismo dependente e relações sociais de classe, raça e gênero na América Latina

Segundo Costa (2019), os países da América Latina, subordinados às nações independentes, possuem seu desenvolvimento na escravização de pessoas negras, possibilitando uma produção voltada para exploração de riquezas com a força de trabalho de africanos e povos originários, objetivando a intensa exportação para países centrais. Neste sentido, para compreendermos a particularidade do capitalismo dependente, é necessário recorrer a períodos históricos da sociabilidade capitalista.

O processo de acumulação primitiva na Europa, antecede a acumulação capitalista, fundamenta-se na acumulação originária, na produção de mais-valia, na expropriação e exploração. Um movimento que transforma os produtores em trabalhadores assalariados livres. Livres a vender sua força de trabalho, já que todas as garantias de sua existência, oferecidas pelas velhas instituições feudais, foram-lhes roubadas. Esse momento é conhecido como roubo de terras, baseado na expropriação sangrenta e violenta (Costa, 2019).

Segundo Marx (2014), em uma transitoriedade, o servo passa a ser trabalhador assalariado, e continua oferecendo sua servidão. Essa continuidade consistiu na mudança de servo feudalista para trabalhador livre da burguesia. Neste sentido, Marx indica que

“A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho” (*Id.*, 2014, p. 961).

Ancorada em Marx (2014), Costa (2019) afirma que esse movimento ocasionou o descobrimento das Américas e as riquezas do ouro e da prata. Contudo, esse movimento também acarreta a dominação da África e dos povos africanos, a exemplo de negros africanos que foram raptados e escravizados na exploração das Américas, bem como o extermínio dos povos originários.

Diferentemente do que se vivenciou na Europa, os colonizadores encontraram na América Latina, uma situação diferente. Isso porque, o processo de monopolização das terras latino-americanas, conquistadas por importantes donos de terras colonizadores, estabeleceu a exploração do povo originário e africanos escravizados (Costa, 2019). Dessa forma, o escravismo colonial estabeleceu a exploração do homem pelo homem.

Segundo Fernandes (1975) o processo de monopolização da América Latina ocorreu devido à falta de recursos necessários para produzir bem importados. Assim, surgiu espaço para países de capitalismo central adentrarem a continuidade do processo de exploração. Conseqüentemente, a Inglaterra tomou frente das exportações da América Latina, visando apenas o comércio e não a produção local. Por isso, foi por volta do século XVI a XVIII que os ingleses passaram a enviar manufaturas para as colônias, facilitando o desenvolvimento do capital externo (Costa, 2019, p.45).

De fato, a Revolução Industrial nos países Europeus ocasionou a transformação das colônias. Isso porque, o desenvolvimento da Europa contou com a produção das Américas, e atingiu todas as esferas econômicas, sociais e culturais, motivando a estágio imperialista e evidenciando o capitalismo dependente na América Latina. Conseqüentemente, a população ao vender sua força de trabalho, produzindo mercadoria para o mercado externo, contribui para o desenvolvimento de países de primeiro mundo. Assim, a América Latina, constitui-se como uma economia dependente, e fundamenta-se na transferência de valores, por isso, necessita de produzir maior excedente. (Fernandes, 1975, *Apud* Costa, 2019, p.40).

Para Marini (2000), a América Latina foi fundamental para o desenvolvimento dos países centrais, e para grande indústria. Inicialmente, os países latino americanos tinham a função de obedecer a metrópole inglesa, exportando bens primários. Por isso, a América Latina, possibilitou o crescimento dos países de capitalismo central, contribuindo para a acumulação de capital, dependente do “aumento da capacidade

produtiva do trabalho, do que simplesmente da exploração do trabalhador” (Marini, 2000, p.113).

Nesse sentido, Marini (2000) indica três elementos que caracterizam o modo de produção capitalista baseado na exploração da força de trabalho latino-americana, sendo esses: intensificação do trabalho, expropriação de parte do trabalho necessário e o prolongamento da jornada de trabalho (Marini, 2000, p.125). Isso posto, reflete na superexploração da força de trabalho, configurando a lógica de uma classe trabalhadora que vende sua força de trabalho para sobreviver, não detendo dos meios de produção, recebendo o mínimo para criar meios de subsistência em troca do seu trabalho.

A dependência então, evidencia-se no desenvolvimento mundial, e não nacional, gerando através da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora, uma produção realocada para o mercado externo, mas que, ao mesmo tempo tem-se o consumo individual dos trabalhadores, de caráter duplo, sendo produtor-consumidor, dentro do ciclo do capital. Nesse sentido, “o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em favor da exportação ao mercado mundial deprime os níveis de demanda interna e erige o mercado mundial como única saída para a produção” (Marini, 2000, p. 134).

Desse modo, a construção de uma nação econômica dependente, necessita da exploração de classes subalternizadas. A questão social, fruto do conflito entre capital e trabalho, surge devido ao agravamento dos níveis de exploração da classe trabalhadora, e, associa-se a questão racial e patriarcal, inerente ao capitalismo periférico e dependente, uma vez que recupera os elementos do escravismo e colonialismo na formação social brasileira (Elpídio, 2024, p. 1) Para compreendermos essa lógica, faz-se necessário aprofundar nos elementos da formação sócio-histórica brasileira que reproduziram as relações de raça, classe e gênero.

Neste sentido, começemos pelo escravismo colonial, que fundamenta a noção de capitalismo dependente latino-americano. Isso porque, a economia colonial baseava-se em atividades exercidas pela força de trabalho escravizada, expandindo-se a partir das descobertas nas terras brasileiras, após a invasão colonial. A cana-de-açúcar, por exemplo, comandava a força de trabalho africana, que inicialmente habitava-se no nordeste do Brasil. Assim, com a ampliação do mercado escravo, amplia-se também o povoamento de africanos pelo território nacional, deslocando-se para todos os cantos do Brasil, devido à descoberta do ouro, e posteriormente, o cultivo do café (Nascimento, 2016). De acordo com Abdias Nascimento, a partir de 1530,

4.000.000 africanos foram importados e distribuídos conforme as seguintes proporções, aproximadamente: 38% para o porto do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, 25% para o estado da Bahia, 13% para o estado de Pernambuco, 12% para o estado de São Paulo, 7% para o estado de Maranhão e 5% para o estado do Pará (*Id.*, 2016, p.44).

Os negros africanos que foram escravizados, plantavam, alimentavam e colhiam a riqueza material do país fundado na aristocracia branca. Essa lógica fazia com que os africanos escravizados fizessem parte da construção da sociabilidade brasileira, seja na mão de obra para a economia, na mineração, nas plantações, na construção de cidades, bem como na servidão aos senhores latifundiários da classe dominante.

Nesse sentido, a religiosidade foi fundamental para constituir uma formação moral da época, alicerçada no apoio à cruel realidade do tráfico negreiro. Tinha-se a Igreja católica como principal ideólogo, onde os missionários mascaravam a realidade do escravismo e, ao mesmo tempo, condicionam a situação do negro africano escravizado como uma missão de Deus a eles, disseminando a ideia de uma graça recebida ao saírem das terras africanas (Nascimento, 2016, p.47).

Nesse cenário, o cristianismo estabelecia aos senhores a autoridade, e que usassem o nome de Deus para tudo e todos, fomentando o idealismo aos escravizados que estavam servindo a Deus, e não aos homens. Padre Antônio afirmava aos negros escravizados que, as águas do batismo cristão levariam-os a erradicar sua própria raça, e serviriam de justificativas para a escravização dos mesmos. Vale afirmar que, segundo a Igreja católica, o negro era considerado sangue infectado (Nascimento, 2016, p.48).

Cabe ressaltar que, o patriarcado também sustenta a particularidade brasileira, uma vez que o referido não se resume apenas a um sistema de dominação machista, mas também de exploração, apropriando-se do campo ideológico, político e econômico, constituindo-se como “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (Saffioti, 2015, p.47). Por isso, mulheres são subordinadas ao comando dos homens, seja em casa, ou no trabalho, podendo sofrer ameaças, demissões e assédio, onde muitas submetem-se à moral do homem, em troca de sua subsistência. Hoje, muitas mulheres são mães, trabalhadoras, chefes de família, e necessitam da venda de sua força de trabalho para sobreviver (Saffioti, 1987, p.16-17).

Para Saffioti (2015, p. 60) o patriarcado trata-se de uma relação civil, dando direitos sexuais aos homens sobre mulheres, configurando uma hierarquia na relação, e uma estrutura de poder ideológica e violenta. Isso posto, associado à divisão sexual e racial do trabalho, baseado também no escravismo, revela traços de relações de trabalho

que hoje é visível na forma de trabalho doméstico não pago e mal pago, além das duplas jornadas de trabalho.

Angela Davis (2016) revela que, o sistema escravista considerava a população negra africana escravizada como uma propriedade. Assim,

as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas para os proprietários de escravos, elas poderiam ser desprovidas de gênero. Nas palavras de um acadêmico, “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa (Davis, 2016, p. 24).

Neste sentido, a configuração da mulher na divisão do trabalho, em que consideramos uma divisão sexual e racial, remete aos traços desta época, impondo a mulher negra como anomalia (Davis, 2016, p.25). Os campos de trabalho impostos às mulheres negras escravizadas se davam na cozinha e na arrumação da casa (*Id.*, 2016, p. 25). Além disso, as mulheres negras eram tidas como reprodutoras, e quando se tornavam mães, suas crianças eram vendidas no mercado escravo, gerando o aumento da mão de obra escrava, e assim mais exploração dos senhores (Davis, 2016).

Quanto aos desejos sexuais, as mulheres negras desempenham papel de satisfazer desejos do homem branco, constituindo o patriarcado como um alicerce do racismo, configurando as discriminações racistas para com as mulheres negras na contemporaneidade (Saffioti, 1987, p. 63). Hoje, essa realidade é visível na desvalorização da mulher negra no trabalho, com péssimas condições de trabalho e rebaixamento de salários (*Id.*, 1987, p. 62).

Contudo, estes elementos conformam a estrutura basilar da condição de capitalismo dependente latino americano. E, quando o capitalismo avança em escala mundial, as sociedades escravistas entram em crise, a exemplo do Brasil, motivando a transição da mão de obra escrava para o trabalho livre, algo que ocorreu de maneira desorganizada, refletindo uma intensa produção de desigualdades sociais. Dessa forma, Bamberger (2013) revela que a dependência capitalista, além de não resolver as contradições econômicas e sociais existentes, as agrava e gera outras novas, ocasionando uma crise profunda e generalizada. (Bamberger, p.34, 2013).

Nessa ótica, a dialética da dependência latino americana se molda no aumento da intensidade do trabalho, que aparece como aumento da mais-valia⁶, seguida da intensificação da exploração da força de trabalho (Marini, 2000, p.123). Para o autor, a

⁶ Segundo Karl Marx (2014), a produção de mais-valia absoluta seria a duração da jornada de trabalho, e a produção da mais-valia relativa diz respeito aos processos técnicos de trabalho e as combinações sociais, ou seja, intensificação da mecanização da produção.

intensificação do trabalho, jornadas de trabalho prolongadas e a expropriação de parte do trabalho necessário para repor a força de trabalho, caracterizam a superexploração do trabalho, e assim configuram a dependência latino-americana.

Portanto, compreendemos que a execução de práticas racistas e patriarcais, conformam a estrutura de capitalismo dependente. Segundo Elpídio (2024) os desdobramentos impactam o cotidiano das classes trabalhadoras, condicionando “desigualdades sociais e econômicas, condições precárias de vida e de trabalho, levando a este contingente da classe uma vida permanente em Quartos de Despejos” (Elpídio, 2024, p. 5).

Essa realidade, surge como elementos necessários para compreendermos os fundamentos das relações clientelistas ainda serem pertinentes na América Latina, em especial no Brasil. Isso porque, a formação social brasileira, pautada no racismo e patriarcado, com particularidade de capitalismo dependente, adentra em relações do passado colonial que se remoldam na atualidade, considerando a dialética da dependência.

1.2 Clientelismo: Uma realidade a partir de uma revisão sistemática

A compreensão acerca do clientelismo apresenta-se diversa, condicionada à perspectiva teórico-metodológica adotado pelo estudioso que a toma como objeto de estudo. José Murilo de Carvalho (1998) parte da ideia de que o clientelismo é analisado de maneira frouxa na literatura brasileira. Por isso, parte de alguns determinantes para elucidar o que vem a ser o clientelismo, a exemplo do mandonismo e o coronelismo e, indica que eles são intrínsecos a formação sócio-histórica brasileira, pertencentes à uma estrutura arcaica.

A partir do estudo do referido autor, realizamos uma pesquisa bibliográfica acerca do clientelismo, apresentada a seguir. Carvalho (1998) enfatiza sua ideia considerando o clientelismo como uma atribuição do sistema político, o que de fato, envolve relações de troca entre políticos e eleitores (*Id.*, 1998, p.4). Dessa forma, o coronelismo estabelece essa troca de favores, e o mandonismo aparece como um fator determinante nesse processo, principalmente onde alguns perdem força e precisam recorrer aos seus superiores. Neste sentido, é importante fazer a busca de elementos que revelam esta formação social e histórica do Brasil, mas, sempre levando em conta o contexto latino

americano, já que o objetivo deste item considera como é identificado o clientelismo na América Latina.

Richard Graham (1997) acredita que no século XIX, as relações entre patrão/cliente é o que constituía as elites sociais e seus poderes, compondo a autoridade em toda a América Latina. Graham (1997) se debruça em investigar a troca de favores, já que a proteção, os cargos se davam em prol do voto. Neste viés, define o clientelismo como, “tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem terra” (*Id.*, 1997, p. 16). Ou seja, as relações clientelistas também favorecem o próprio poder político, visto que, ainda na contemporaneidade, as situações de troca são recorrentes, a exemplo de cargos de confiança, benefícios, entre outros. O argumento central de Graham (1997) é o período eleitoral, e sua ênfase de liderança do chefe local. Isso rebate no caráter coronelista que o país também possui, já que os coronéis, considerados homens de bem, de família, e com boas situações econômicas é que possuíam o poder e mantinha relações de superioridade.

Em contrapartida, Nunes (2003) analisa o clientelismo como uma burocracia do Estado, que se associa à ascensão do capitalismo. De acordo com o autor supracitado, o clientelismo articula-se às sociedades rurais, devido a forma de como a oligarquia rural foi extraída para a modernidade após a revolução burguesa.

Nunes (2003) pressupõe que as práticas clientelistas continuam sendo presentes e favoráveis para a política brasileira, afetando as políticas públicas que são sucateadas pela Contrarreforma do Estado, abrindo caminho para práticas clientelistas. Assim, “O clientelismo significa um tipo de relação social marcada por contato pessoal entre patrões e camponeses” (*Id.*, 2003, p. 27). Ou seja, acredita que os camponeses, que são os então clientes, são a classe subordinada, que hoje se encontra na forma de exploração da força de trabalho, conhecida como a classe trabalhadora. Nunes (2003) mantém a concordância de que o clientelismo não é apenas um elemento do passado arcaico, mas que, ainda permanece bastante vivo, seja nos períodos democráticos, seja no período de autoritarismo, em que não mostrou nenhum sinal de fraqueza.

Percebemos que Carvalho (1998), Graham (1997) e Nunes (2003), autores brasileiros associam o clientelismo à troca de favores, a desresponsabilização do Estado e, conseqüentemente a desregulamentação das políticas públicas, em um contexto de pobreza. Para contextualizar estes determinantes, Simeon Charaka Nichter (2010) determina as diferentes formas de compra de votos na América Latina, considerando uma prática pertencente ao continente. A compra de voto clientelista tem como “a entrega de

um benefício pelo político ao cliente, em que a ação irá depender da atitude do eleitorado.” Além disso, o autor classifica como máquina política os partidos clientelistas, que irão monitorar e fiscalizar, para distribuir seletivamente os benefícios.

Nichter (2010) ainda traz um exemplo do Brasil, onde relata um caso nordestino, em que “O prefeito e o vice-prefeito de Canudos sofreram impeachment por clientelismo eleitoral após serem reeleitos em 2004. Eles foram considerados culpados de manipular a distribuição de um programa estadual de alívio da pobreza, entregando 65 kits solares e construindo 78 banheiros residenciais em troca de votos durante a eleição.” (*Id.*, 2010, p. 91). A partir disso, percebemos que a pobreza é local de produção de práticas clientelistas, como forma de garantir votos, e a hegemonia no poder.

A pobreza é considerada por muitos estudiosos, um fenômeno que surge na exploração do homem pelo homem. A exploração de indivíduos já existia nas sociedades pré capitalistas, que segundo Lessa e Tonet (2011, *Apud* Rufino, 2017, p. 2) com o aparecimento da agricultura e pecuária na sociedade, homens passaram a produzir mais do que necessitavam, criando um excedente de produção e, conseqüentemente a exploração humana.

Assim, com a exploração emergindo na sociedade, as contradições sociais se tornaram antagônicas, com desigualdades sociais inerentes da distribuição da riqueza, ocasionando a escassez de produtos e assim, gerando a pobreza (Montano, 2012, *Apud* Rufino, 2017, p.3). Em suma, Eскурra (2015) relata que existem diferentes formas de definir a pobreza, e que, muitas ignoram a análise da origem de reprodução da pobreza nas relações sociais. Por isso, com base na lógica neoliberal, o enfrentamento da pobreza ocorre através de políticas e serviços sociais (Siqueira, 2013, *Apud* Eскурra, 2015, p.38) e assim, a focalização dos mais pobres entre os pobres.

Os estudos de Amparo Menéndez-Carrión (1985), indicam que a criminalização da pobreza e, conseqüentemente, dos espaços urbanos periféricos, são espaços de maior atuação do clientelismo. Para o autor, o próprio sistema, cuja coerção e a expropriação é estabelecida, promovem que esta ação voluntarista de reciprocidade, seja estabelecida, uma vez que o “cliente” não seja capaz de desafiar o sistema, e sim de apenas satisfazer sua necessidade de sobrevivência, com maior facilidade pela via clientelista. Nessa ótica, o Estado tem sido cada vez mais desresponsabilizado pelo dever de garantir os direitos sociais dos cidadãos, que conseqüentemente, encontram nas vias clientelistas maior facilidade de conseguir acessar benefícios.

Diante da pesquisa bibliográfica realizada e apresentada acima, sentimos necessidade de recorrer a outros recursos metodológicos a fim de aprofundar e ampliar o estudo sobre clientelismo, buscando produções mais atuais. Neste sentido, compreendemos, através da revisão sistemática de literatura, este aprofundamento, que será discutido no item seguinte.

1.2.1 Métodos

Para este estudo, foi realizada uma revisão sistemática de literatura a partir do *Software Start*,⁷ a partir da pergunta central: “Qual a concepção de clientelismo na América Latina e suas expressões nas políticas públicas no período de 2019 a 2024?”. Consideramos o recorte de tempo a partir de 2019, devido a intensificação de partidos políticos da extrema direita na América Latina, e em especial no Brasil, com a chegada do governo Bolsonaro. Neste período, intensifica-se retrocessos de direitos sociais e de políticas públicas, dando espaço para o clientelismo atuar através da troca de favores, ou seja, beneficiando indivíduos em troca do voto, já que as políticas públicas são focalizadas ao pobre do mais pobre.

A revisão sistemática ocorreu entre abril e setembro de 2024. As buscas por artigos foram realizadas nas bases de dados da *Scielo*, *Scopus* e *Web of Science*, após uma busca geral em fontes reconhecidas e confiáveis. Foram considerados os descritores: “Clientelism”; “Clientelismo”; “Clientelism and Latin América”; “Clientelismo e América Latina”; “Clientelism and Public Policy” e “Clientelismo e política pública”.

O procedimento inicial consta na utilização das bases de dados, com os descritores já mencionados. Os artigos encontrados foram extraídos em formato Bibtex para o *Software Start* considerando o protocolo estabelecido para execução da revisão sistemática. O protocolo tem como objetivo construir o processo da revisão sistemática, considerando a conceituação do clientelismo na América Latina, em meio às políticas públicas, onde temos como hipótese que o clientelismo é acionado em meio aos programas e políticas públicas, com vistas a intensificação da focalização das mesmas. Foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão para a revisão dos artigos.

⁷ *Start* é uma ferramenta computacional de apoio a revisão sistemática, buscando auxiliar pesquisadores na busca por evidências na literatura científica, de maneira criteriosa e definida. Para a execução da pesquisa, é necessário formular uma pergunta central, definir campo de intervenção, população, resultados esperados e tipos de estudos, e posteriormente, definir critérios de exclusão e inclusão. Além disso, é necessário a escolha de base de dados para fazer a busca, bem como descritores formulados com base nas palavras chaves para a pesquisas nas referidas bases de dados. Disponível em: <https://www.lapes.ufscar.br/resources/tools-1/start-1>. Acesso em: 09 de setembro de 2024.

Como critérios de inclusão, foram estabelecidos CI1- Estudos sobre a relação clientelismo- política pública; CI2- Estudos sobre o conceito de clientelismo. Já para os critérios de exclusão, definiu-se: CE1- Estudos sobre o clientelismo fora da América Latina; CE2- Estudos publicados antes dos anos de 2019; CE3- Estudos que não englobam o clientelismo; CE4- Estudos de revisão sistemática; CE5- Estudos sobre a política eleitoral. Para ser incluído, houve a necessidade de responder a pelo menos o CI2. Para essa execução, foi realizada a leitura do título, resumo e palavras-chaves de cada artigo. Inicialmente, foram excluídos aqueles que respondiam ao CE2; e os artigos duplicados.

1.2.2 Resultados

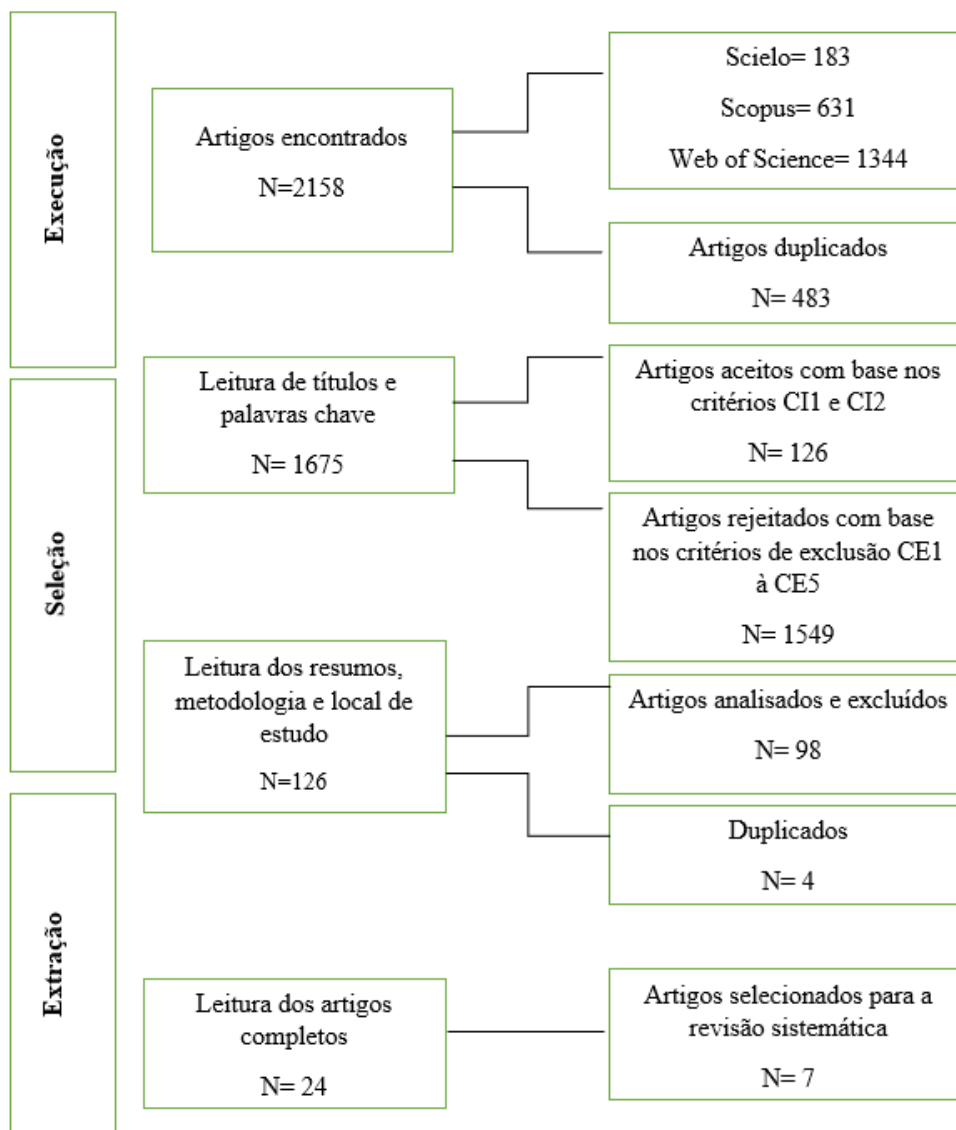
Na base de dados *Scielo*, foram utilizados os descritores “Clientelism”, extraindo 182 artigos. Na *Scopus*, utilizou-se os descritores “Clientelism and Latin América”, extraindo 131 artigos e “Clientelism”, encontrando 2100 artigos, entretanto foram extraídos apenas 500, considerando a relevância dos mesmos a partir da leitura dos títulos. Já na base de dados da *Web Of Science*, foi utilizado os descritores “Clientelism and Latin América”, extraindo 146 artigos; “Clientelism and public policy”, extraindo 198 artigos e “Clientelism”, encontrando 1800 artigos, em que, a partir da leitura dos títulos, foram extraídos 1000 artigos. A partir dos descritores citados nas bases de dados selecionadas, chegou-se à identificação de 2158 artigos⁸, que foram incluídos e excluídos conforme os critérios de inclusão e exclusão.

Logo após, a partir da leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves, foram retirados os artigos que correspondiam aos demais critérios de exclusão, e incluídos aqueles que correspondiam aos critérios de inclusão, totalizando 1549 artigos rejeitados; 483 artigos duplicados e 126 artigos aceitos para a leitura dos resumos, metodologia e local. Para a leitura dos artigos aceitos para extração, foi utilizado o formulário para extração de dados, considerando a possibilidade de o artigo ser restrito, o local onde foi realizado o estudo e a metodologia. Os critérios de qualidade foram utilizados para definir a coerência da escrita do artigo e a descrição do conceito de clientelismo. Após a exclusão de 98 artigos e 4 duplicados, chegou-se a um total de 24 artigos para a leitura

⁸ A palavra “Clientelismo” foi utilizada como o descritor chave para busca nas bases de dados. Entretanto, em algumas bases de dados foram utilizadas a articulação da palavra clientelismo, política pública e América Latina, para obtenção de maiores resultados.

completa. A figura 1 representa o fluxograma de identificação, seleção dos artigos localizados e extraídos, conforme descrito acima.

Figura 1- Fluxograma da revisão sistemática



Fonte: Elaboração própria, 2024.

Para analisar os artigos selecionados para revisão, a tabela 1 mostra a caracterização dos artigos, considerando autor, ano de publicação, local e metodologia.

Tabela 1- Artigos selecionados para revisão sistemática

Título	Autor	Ano	Local	Metodologia
A1 Clientelismo e política local: Interações entre Vereadores e Eleitores Municipais do Estado de Minas Gerais	Rocha ¹ , Souza ² et Araújo ³ .	2019	Minas Gerais, Brasil	Teórico- descritiva- empírica
A2 Enfrentando a incerteza burocrática no Programa Bolsa Família: Clientelismo além da reciprocidade e da racionalidade econômica	Flávio Eiró ¹ et Martijn Koster ²	2019	Nordeste, Brasil	Pesquisa etnográfica- empírica
A3 Práticas clientelistas na política do estado de Santander durante a Etapa federal Colombiana, 1857-1886	Nectali Ariza Ariza ¹	2019	Colômbia	Teórico- descritiva- empírica
A4 Clientelismo político no Equador, uma abordagem conceitual a partir do esquema constitucional	Jenny Gordon Yanchatipán ¹	2020	Equador	Teórico- descritiva- empírica
A5 Nem empregadores nem clientes: a responsabilização no enfraquecimento do clientelismo	Luna ¹ et Sánchez ²	2022	Colômbia	Teórico- descritiva- empírica
A6 A estratégia clientelista nos bairros de Medellín, Colômbia. Conselhos de Ação Comunitária, 1960-1980	Juan Carlos Moreno Orozco ¹	2022	Colômbia	Teórico- descritiva- empírica
A7 Clientelismo no Paraguai: Comprando votos ou comprando participação eleitoral?	Tomas Dosek ¹	2023	Paraguai	Teórico- descritiva- empírica

Fonte: Elaboração própria, 2024.

Após a leitura dos artigos, chegou-se ao total de 7 artigos, que serão discutidos na próxima sessão. Os artigos selecionados para a revisão sistemática foram lidos e submetidos a uma análise temática de conteúdo⁹, sintetizando informações importantes de cada artigo selecionado para revisão, e gerando a familiarização das características

⁹ Bardin designa o termo análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2011, p.47).

temáticas de cada um, sendo estes teórico-empíricos¹⁰. Sendo assim, os artigos selecionados envolvem a teoria articulada ao empírico, buscando a teoria sobre o clientelismo e, analisando a realidade subjetiva de regiões e indivíduos que o presenciaram.

1.2.3 Discussão dos resultados

A América Latina possui diversas formações sociais, tendo em vista a singularidade de sociabilidades e suas estruturas, que por meio de traços gerais retrata uma estrutura arcaica de ideias que foram reordenadas no contexto latino-americano, trazidas pelas invasões europeias, constituindo uma unidade de diversos (Iasi, 2023)¹¹. Neste sentido, este continente de capitalismo periférico e dependente, tem desde o seu descobrimento elementos tais como o clientelismo, que foram marcando este território.

Quando falamos em clientelismo, o associamos a diversas definições: troca de favores; compra de votos; corrupção; assistencialismo; ajuda. Entretanto, não há um consenso ou uma definição propriamente dita para essa categoria, mas sim, elementos que perpassam pela sua essência, de acordo com a dialética da realidade social. Netto (2011) recorre a Marx para o debate sobre categoria, revelando que as categorias designam em formas de ser, determinações de existência, aspectos isolados de uma determinada sociedade (Netto, 2011, p. 46). Ou seja, as categorias fazem parte da história e são transitórias na realidade e, como estamos partindo de um estudo orientado pelo Materialismo Histórico e Dialético, consideramos aqui, o clientelismo como uma categoria, que perpassa por diferentes contextos na sociedade.

Nosso estudo situa o clientelismo na América Latina, com destaque para o Brasil. Neste sentido, já que somos orientados pela perspectiva crítica da teoria social de Marx, partimos do pressuposto de que, a realidade concreta da América Latina presencia o clientelismo, sendo uma síntese de muitas determinações. Determinações essas que, estão no plano de uma totalidade, ou seja, dentro de uma mesma unidade, constituindo uma unidade de diversos (Netto, 2009, p. 17-20). Para isso, o *Software Start*, foi utilizado para uma revisão sistemática de artigos, que foram selecionados, de acordo com sua discussão

¹⁰ A pesquisa empírica, ou teórico-empírica, também conhecida como o trabalho de campo consiste na articulação entre teoria e prática, “por meio de instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e interlocução com os pesquisados, levantamento de material documental, entre outros” (Minayo, 2009, p.26).

¹¹FSS- UERJ. **Questão Social e Movimentos Sociais na América Latina: desafios para o Serviço Social.** Youtube, 26 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FKZmpd-vxws&t=8635s>. Acesso em: 10 de setembro de 2024.

acerca do clientelismo, que tem grande uma relação destaque com a pobreza, já que estamos tratando de um continente dependente.

Nos países de capitalismo dependente, o clientelismo tem se destacado ativamente. Isso porque, sua existência surge como sobrevivência e adaptação em diferentes condições socioeconômicas ^{A1}, e em diferentes contextos. Por isso, o clientelismo aparece como resultado de falhas institucionais, processo incompleto de democratização, em territórios onde grupos subalternos são dependentes do poder dominante e hegemônico. Deste modo, a lealdade aos partidos políticos têm sido uma estratégia vivenciada pelas classes subalternas, que trocam seus votos por serviços e bens públicos ^{A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7}.

Os países da América Latina, mesmo sendo países democráticos¹², com legislações políticas, econômicas e sociais, são exemplos de vivência desta troca de favores ^{A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7}. Uma das explicações para este fato pode estar ligadas ao capitalismo de dependência, uma vez que, atrelado à lógica do capital, o direito torna-se uma mercadoria¹³.

O caráter familista¹⁴ faz parte da história do continente latino-americano, uma vez que a família tradicional e bem reconhecida em determinada região, tem a lealdade de seus servos, escravos e hoje trabalhadores ^{A3}. Ou seja, a família tradicional, constituída como representação de poder em sociedades que mantêm traços paternalistas e coronelistas, dentro da América Latina, remete valores religiosos, morais e de respeito mútuo ^{A2}. Por isso, alguns entrevistados consideram um político que seja de família conhecida, como homem de palavra, aquele que promete e faz ^{A2}.

¹² Para Mauro Iasi, a democracia se dá de forma distorcida, uma vez que ocorre um processo de inversão de maioria e minoria. Isso porque, após o período eleitoral, os interesses da elite são mantidos, e a vontade popular é deixada em segundo plano. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6rcADQkCztE>. Acesso em: 19 de setembro de 2024.

¹³ Segundo Pachukanis, “a sociedade capitalista é uma sociedade proprietária de mercadorias” (1988, p.70). Assim, os sujeitos sociais que vendem sua força de trabalho para sobreviverem, também são sujeitos de direitos, dentro de uma democracia. Democracia essa que, Florestan Fernandes retrata como “democracia restrita”. Restrita porque no Estado democrático de direitos, as decisões são tomadas pelo alto, sem a voz dos sujeitos coletivos, golpes, contra reformas e exclusão das camadas populares (Fernandes, 2007).

¹⁴ Para Saffioti (1987), “a família é constituída por um homem e uma mulher que se amam, e que através do amor, reproduzem, oferecendo amor, meios de subsistência para as crianças...”. Na prática, raras são as famílias que se adequam nestas funções, já os homens são dotados de uma personalidade competitiva, seja por melhores empregos, melhores salários, até pela atenção de uma mulher. A competição constitui um traço significante para que o papel do macho seja estabelecido. Assim, a família também é constituída do poder do macho, colocando-a como estruturante e fiel aos bons costumes, prevalecendo a obediência da mulher ao homem.

A troca de favores estabelecida pelo clientelismo advém da formação das Américas, que foram invadidas (colonizadas) pelos países europeus. Deste modo, o compromisso clientelista na Colômbia, perpassa por diferentes períodos da história do país ^{A3}. Os artigos revelam que o clientelismo na Colômbia existe desde o Antigo Regime, ou seja, na era em que a Espanha detinha o poder sobre as terras colombianas, mantendo traços colonizadores de exploração das terras para enriquecer a monarquia ^{A3}, ^{A4, A6}.

No Antigo Regime, ou seja, na era da colonização colombiana pela Espanha, o clientelismo já era vivenciado. Isto é, vivenciava-se uma prática de lealdade à coroa por parte das famílias reconhecidas na região, fornecendo recursos para a guerra e escravos e servos como soldados para lutarem. Nessa lógica, o clientelismo conectava os grandes senhores, suas famílias e seus clientes, em uma espécie de hierarquia política, pregando a lealdade ^{A3}.

No federalismo¹⁵ Colombiano, o clientelismo teve um aumento significativo. Isso porque, com o surgimento dos Estados, a burocracia administrativa também aumentou. Já com os surgimentos de partidos políticos, o voto masculino foi universalizado, considerando a idade, a alfabetização e o estado civil.

Nesse sentido, a questão do voto masculino, era considerada apenas para os homens de famílias tradicionais, o que implica uma relação de troca e permanência de partidos políticos que eram benéficos para essas famílias, a partir dos interesses da classe dominante ^{A3}. Essa concentração de poder nas mãos de poucos, ou de famílias renomadas e com posição social alta, é também uma característica do nordeste brasileiro, que até o final do século XX, mantinha um caráter coronelista, controlando eleições por meio da troca de favores ^{A2}.

Outro motivo, deve-se aos civis que lutaram nas guerras de 1860, 1876 e 1885, em que lhes foram prometidos cargos, contratos, serviços públicos, para conterem a pobreza ^{A3}. Isso torna-se visível após famílias monopolizarem o poder pela região. Com efeito, a presença de um cliente (trabalhador) era direcionada ao poder familiar para a conquista de algum benefício. Benefício este que seria realizado após a participação em guerras ^{A3}.

¹⁵ Período em que determinados grupos, vilas e cidades tomam como território livre e independente da Espanha. Isso ocasionará em uma série de conflitos armados na disputa por interesses individuais (Paredes, 2014).

Os benefícios também situavam em uma lógica hierárquica e familiar, tendo a assistência à saúde, educação, segurança e até dinheiro para os soldados (trabalhadores) e para as famílias, cargos de importância na administração. Assim, a relação de troca no território colombiano reflete a necessidade de voto e apoio dos patrões nas guerras, e os clientes necessitavam de segurança, emprego e dinheiro. Por isso, participavam das guerras em troca dos benefícios ^{A3}.

Já nas décadas de 1960 a 1980, o clientelismo colombiano foi vivenciado com apoio de lideranças de conselhos de ações comunitárias, que ativaram e destinaram às demandas de seus grupos aos partidos políticos ^{A6}. Ou seja, houve na Colômbia uma intensa organização comunitária, partindo da lealdade, solidariedade e negociação para com os partidos políticos. Primeiramente, e já como uma estratégia clientelista, estes Conselhos de Ação comunitária surgem como grupos de bairros, com demandas particulares, que conferem confiança à cooptação clientelista de liderança de partidos políticos.

De fato, os conselhos de ação comunitária, presididos por líderes de bairro, conferem uma atuação de corretor de caráter clientelista ^{A6}, devido a máquina política encontrar na Ação comunitária um interlocutor institucional e organizado, para conseguir apoio político coletivo ^{A6}. Não devemos deixar de mencionar que, a Colômbia passa nesse período por uma intensa escassez de recursos públicos, desempregos, e privatização das políticas sociais, dando espaço para o clientelismo, sendo este como uma garantia de acesso aos serviços públicos, que estavam limitados ^{A6}.

As relações de troca de favores no Paraguai, não são diferentes, incluindo a lealdade e apoio eleitoral após o recebimento de bens públicos. Essa troca se baseia na confiança e na reciprocidade. Também existe a necessidade de mobilizar os clientes a votarem, e para isso, é exigido das máquinas políticas uma logística que garanta a participação eleitoral. No caso Paraguai, essa realidade empírica é vivenciada a longo prazo, sendo estabelecida por corretores que fazem parte de uma rede clientelista ^{A7}.

Em entrevistas utilizadas durante a campanha eleitoral no Paraguai, os relatos de clientes retratam que a troca diária também diz respeito ao conhecimento da população sobre os partidos políticos, sendo cruciais na manutenção da máquina política pela via clientelista. Isso porque, os benefícios não se limitam só ao individual, mas sim ao coletivo daquele povoado. Destaca-se a abertura e pavimentação de novas estradas, iluminação pública, água e esgoto ^{A7}.

No Equador, o clientelismo envolve também a distribuição de bens e serviços públicos, através do voto. Para a compreensão do clientelismo no Equador, o artigo analisa diferentes conceitos e categorias da sociedade, associando-a um rótulo moral, aos interesses e conflitos entre classes, em uma troca desigual que já ocorre no sistema capitalista, como é o caso mercadoria, força de trabalho e salário. Conseqüentemente, nas relações sociais, o acúmulo de conhecimento e conexões entre a população e a máquina política, na expectativa do recebimento de benefícios é um facilitador do clientelismo. Por isso, o clientelismo parece como um limitador do controle social no país. Ou seja, o controle social é identificado como a integração do exercício de um direito do cidadão, participando da tomada de decisões que lhe conferem interesses e direitos.

O controle social é utilizado como mecanismo previsto em lei, podendo monitorar, supervisionar e gerar mudanças caso necessárias. Este momento garante a participação popular dos cidadãos ^{A4}. Entretanto, o efeito do clientelismo no contexto de controle social, ataca a estrutura social e os direitos de os cidadãos terem voz nestes conselhos, já que a existência da rede clientelista tem tomado estes espaços ^{A4}. Isso retrata o retrocesso das constituições e legislações que garantem a participação popular, não apenas como um direito, mas como um dever de todo cidadão. Portanto, a questão da dependência em países da América Latina surge como uma das conseqüências para o retrocesso na questão da participação popular no controle social ^{A4} e, o clientelismo tem intensificado este processo.

Conseqüentemente, a máquina política vem ganhando o espaço no controle social, mesmo que de forma externa, na tentativa de conquistar eleitores. Isso é vivenciado em promessas em campanhas eleitorais, no uso de programas sociais e empregos na administração pública ^{A3, A4, A5}. Isso tem se concretizado, com base nas estratégias tomadas pelas máquinas políticas, sendo elas: a busca cotidiana de votos ou participação eleitoral, distribuição de recursos e resolução de problemas de cidadãos, sejam eles individuais ou coletivos, no caso de bairros, zonas rurais e pequenas comunidades ^{A4, A5, A6, A7}. Caracterizamos essa medida como ato de corrupção, retratando inter-relações utilizadas para obtenção de benefícios ilícitos (Mujica, 2005) ^{A4}.

No Brasil, apesar dos processos de redemocratização nas décadas de 1970 e 1980, garantindo direitos sociais por meio da Constituição Federal de 1988, o clientelismo ainda persiste no país. Com a descentralização, os municípios passaram a produzir um espaço de renovação política, podendo criar fontes inovadoras de participação popular da

sociedade. Com efeito, os municípios passam a conferir competências importantes nas políticas sociais, bem como representação política a nível local ^{A1}.

Entretanto, a ideia de descentralização foi produzida de forma lenta e desigual, e assim, dão espaço para o clientelismo, impondo relações pessoais entre vereador e eleitor, na troca de benefícios pelo apoio eleitoral ^{A1, A2}. Isso reflete na distribuição de bens, recursos da assistência social e facilitação do acesso aos serviços públicos, já que com financeirização do capital, bem como a reestruturação, as políticas sociais se tornam cada vez mais fragmentadas ^{A1, A2}. Por isso, o clientelismo aparece ligado à corrupção, algo contraditório ao que rege a democracia. Isso porque, recursos públicos, orçamentos, são utilizados na medida em que a máquina política é beneficiada ^{A3, A4, A7}.

A pobreza aparece como algo iminente ao clientelismo. Quando falamos em pobreza, destacamos a relação desigual do modo de produção capitalista, em que quanto maior a riqueza, produzida pela classe trabalhadora, que não detém dos meios de produção, maior a pobreza. A pobreza aparece em contextos de desigualdade social, em situações onde não há acesso aos direitos sociais, a exemplo do acesso à saúde, à educação, à assistência, à alimentação, à segurança, à mobilidade ^{A1, A2, A3, A4, A5, A6, A7}.

Neste contexto de pobreza, a máquina política surge como um facilitador deste processo, no recebimento e acesso a estes direitos ^{A1, A2, A4}. Afirmamos isso, na medida em que os artigos trazem estas situações, como o exemplo da troca de favores no nordeste brasileiro, retratado por meio de uma pesquisa de campo, onde os entrevistados revelam que foram oferecidos alimentos, cadeiras de rodas para pessoas idosas e pessoas com deficiência ^{A2}.

Também são oferecidas ajudas na desburocratização de programas sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família, ao qual os entrevistados, em sua maioria mulheres vivem em um contexto de pobreza estrutural, com insegurança alimentar, violência urbana, abuso sexual, moradias precárias, sem acesso a eletricidade e água ou de forma irregular ^{A2}. Isso também, diz respeito a questão do trabalho de cuidado¹⁶ que é colocado como dever ao sexo feminino, responsabilizando a mulher pelo cuidado as crianças e ao lar. Nestas condições os residentes destes territórios, quando abordados por políticos, funcionários da gestão, a exemplo de até assistentes sociais e assessores, oferecem seu

¹⁶ O trabalho de cuidado na sociedade capitalista traz à tona a responsabilização da mulher pelo cuidado com a família, o lar, e todos os afazeres domésticos. Assim, com a entrada da mulher no mercado de trabalho, elas vêm realizando uma dupla jornada de trabalho, com afazeres profissionais e de forma remunerada, e domésticos, de forma não remunerada (Leite, 2023).

apoio e lealdade na hora do voto, na medida em que suas demandas sejam resolvidas ^{A2}. Além disso, com base na troca de benefícios, muitos eleitores veem vereadores como assistentes sociais, onde atuam na obtenção de benefícios ^{A1}.

As mulheres, em grande maioria, são mediadoras no âmbito das políticas sociais em relação à família, sendo representante de seu núcleo familiar ^{A2}. Deste modo, a família surge como condicionante da troca de favores estabelecida pelo clientelismo ^{A2, A3, A5}, seja na reciprocidade das relações de troca por meio da ajuda de uma família coronelista da região, seja pela hierarquia entre empregado, patrão e máquina política.

Por isso, algumas hipóteses surgem para entender a relação clientelismo e pobreza, sendo estas: “H1- Quanto maior a renda per capita de uma país, menores são os níveis percebidos de clientelismo”; “H2- A participação cidadã contribui para a capacidade dos cidadãos exigirem responsabilidade dos políticos pelas suas ações e decisões como governantes” e “H3- Quanto mais elevados forem os níveis de responsabilização, maior será a relação inversa entre o clientelismo e o rendimento do país” ^{A5}. Deste modo, os eleitores que se encontram em contexto de pobreza, estão mais propensos a aceitarem as trocas de voto pelos serviços oferecidos ^{A5}. Para reverter essa situação, as estratégias a serem tomadas são a participação da sociedade civil em decisões políticas. Para isso, é preciso que os cidadãos tomem consciência destes fatos, e de que são sujeitos de direitos ^{A5}.

Portanto, compreende-se que as relações sociais fundadas em troca de favores e compra de votos fazem parte na estrutura política, econômica e social da América Latina, tecendo os traços patrimonialistas, machistas e paternalistas que foram discutidos no início deste capítulo.

Deste modo, as políticas sociais surgem como uma das respostas do Estado às lutas da classe trabalhadora pelo seu reconhecimento político enquanto classe (Iamamoto, 2006). Entretanto, essas políticas sociais acabam sendo capturadas pela lógica clientelista e assistencialista, em que no governo Vargas, período em que ocorre as primeiras políticas assistenciais, marcam o desenvolvimento de um país clientelista, uma vez que o próprio presidente fica conhecido como pai dos pobres, configurando benefícios utilizados pelos partidos políticos na compra de votos da população pobre. Nessa ótica, o Serviço Social, chamado a intervir nas demandas conhecidas como expressões da questão social, integradas pela população pobre, em que surgem como objeto de intervenção do assistente social, sendo a política social uma das respostas dadas pelo profissional. Assim, o

próximo capítulo visa discutir o Serviço Social na história, considerando seus avanços, desafios e limites dentro do sistema capitalista.

2 O SERVIÇO SOCIAL NA HISTÓRIA: TRAJETÓRIA DO TRABALHO PROFISSIONAL

Neste capítulo é realizada uma abordagem acerca do Serviço Social na história, enfatizando sua gênese, renovação e a contemporaneidade, considerando seu significado social. A discussão deste capítulo também parte da importância do marxismo para a profissão, e da relação da profissão com a política social. Ao pensar em uma categoria que é atravessada pelas contradições do sistema capitalista, temos, dentro da formação social brasileira, a classe trabalhadora, com relações sociais atravessadas pela questão racial e de gênero, imbricadas nas desigualdades sociais. Dessa maneira, afirmamos que ambas são intrínsecas e constitutivas do modo de produção e reprodução capitalista, e será nesse espaço, que o Serviço Social será chamado a intervir, na defesa e no compromisso com a classe trabalhadora. Com isso, também será exposto uma discussão sobre sua autonomia relativa profissional, considerando as condições materiais da vida, sejam objetivas e subjetivas (Guerra, 2000), em que a condição de assalariamento, contratos e terceirização integram a precarização do mundo do trabalho.

2.1 O cotidiano profissional: Retomando as bases ontológicas da categoria trabalho

Para compreensão do trabalho profissional, partimos do pressuposto de que a sociabilidade é uma totalidade organizada, cujo a categoria trabalho é fundante desta sociabilidade. O trabalho, para Lukács (2013),

Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (Lukács, 2013, p. 44).

Neste sentido, somente o trabalho consegue diferenciar a vida humana da vida animal e objetiva a condição ontológica- social na reprodução do ser social, oferecendo caráter universal e histórico na sociedade. Ainda em Lukács (2013), “o trabalho pode servir de modelo para compreender os outros por socioteleológicos, já que, quanto ao ser, ele é a sua forma originária” (*Id.*, 2013, p. 37).

O *ser social* é constituído pelo trabalho, isto é, a partir do trabalho que se transforma matéria natural, em que o sujeito, transforma a natureza e, ao mesmo tempo, transforma a si mesmo, desenvolvendo-se através de *pores teleológicos*, modificando a natureza, intencionado a um fim. Todavia, satisfaz suas necessidades, constituindo-se em grupos, afastando-se das barreiras naturais, e se autoconstruindo como um ser específico, em um ato consciente, numa espécie de *salto ontológico*. Ou seja, “é através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal” (Braz; Netto, 2012, p. 46).

Assim, conforme salienta Barroco (2005) o trabalho origina a sociabilidade, a universalidade e a liberdade, no conhecimento da natureza e valoração dos objetos necessários para seu desenvolvimento. Estes elementos, juntos à consciência, incidem em um cotidiano consciente, racional e objetivo, quando acionado a *teleologia*. Ou seja, é através do trabalho, que os seres sociais passam a constituir mediações teleológicas, onde se comunicam através da linguagem e do conhecimento acerca do instrumento utilizado. Desse modo, quanto mais se afasta da natureza, mais livre será sua consciência enquanto ser social. Segundo Barroco (2005),

a práxis não tem como objeto somente a matéria, também supõe formas de interação cultural entre homens, para transformar a realidade produzindo um mundo histórico social, os homens interagem entre si e tendem a influir uns sobre os outros, buscando produzir finalidades coletivas. A práxis interativa, por exemplo, emerge como necessidade posta pelo desenvolvimento da sociabilidade, sua especificidade está no fato de objetivar uma transformação da realidade em sua dimensão consciente, valorativa, cognitiva, teleológica (Barroco, 2005, p. 30).

Isso resultará na gênese das escolhas e alternativas, com base no papel ativo da consciência, criando mediações e conhecendo a natureza para assim transformá-la. Segundo Barroco (2005), é através do trabalho, que o sujeito se modifica e se autoreconhece, na criação de alternativas, que abrem oportunidades de escolha, com base nas valorações.

Guerra (2000) afirma que é pelo processo de trabalho que os homens transformam a realidade e os transformam, convertendo objetos em instrumentos, ou seja, a transformação da natureza em produtos úteis (Guerra, 2000, p.3). Para a autora,

O processo de trabalho é compreendido como um conjunto de atividades prático-reflexivas voltadas para o alcance de finalidades, as quais dependem da existência, da adequação e da criação dos meios e das condições objetivas e subjetivas. Os homens utilizam ou transformam os meios e as condições sob as quais o trabalho se realiza modificando-os, adaptando-os e utilizando-os em seu próprio benefício, para o alcance de suas finalidades. Este processo implica, pois, em manipulação, domínio e controle de uma matéria natural que resulte na sua transformação. Este movimento de transformar a natureza é trabalho. Mas ao transformar a natureza, os homens transformam-se a si próprios. Produzem um mundo material e espiritual (a consciência, a

linguagem, os hábitos, os costumes, os modos de operar, os valores morais, éticos, civilizatórios), necessários à realização da práxis (Guerra, 2000, p. 3).

Sendo assim, o trabalho possui início, meio e fim. O fim é objetivado pela postura teleológica e a conversão de objetos em instrumentos faz parte do processo teleológico. Segundo Lessa (1999 *Apud*, Guerra, 2000, p.4),

O desenvolvimento do trabalho exige o desenvolvimento das próprias relações sociais e o processo de reprodução social, como um todo, requer mediações de complexos sociais tais como: a ideologia, a teoria, a filosofia, a política, a arte, o direito, o Estado, a racionalidade, a ciência e a técnica.

Na reprodução social, o trabalho produz a instrumentalidade, ao qual os homens controlam a natureza e a convertem em objetos para alcançar suas finalidades. Em condições sócio-históricas determinadas, os homens tornam-se instrumentos de outros homens.

Para compreensão do trabalho da/o assistente social, profissional de Serviço Social, deve-se considerar antes de tudo que, o Serviço Social é uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais. (Iamamoto; Carvalho, 2006). A divisão sociotécnica do trabalho parte também de uma divisão sócio-sexual e étnico-racial, designando trabalhos precarizados, concentrados na desigualdade salarial de gênero e raça. Não é sem razão que o gênero feminino se concentra em empregos de cuidado, onde mulheres exercem a função de cuidado fora e dentro de casa.

As relações de trabalho acabam concentrando também, ações de discriminação dentro de ambientes laborais, além do próprio desemprego, devido as barreiras do racismo. Isto demonstra uma articulação intrínseca das duas categorias, racismo e sexismo, que são constitutivas do sistema capitalista, principalmente em países de capitalismo dependente, a exemplo do Brasil, que tem sua gênese na escravização de pessoas negras.

Todavia, a “articulação entre o racismo e o sexismo resultam em efeitos violentos para as mulheres negras” (Gonzalez, 1984 *Apud* Nogueira; Passos, 2020, p.1). Ou seja, a forma natural como a sociedade trata a subalternidade das mulheres negras, conforma o espaço destinado a estas mulheres negras, julgando-as para espaços da servidão.

Neste sentido, as/os assistentes sociais fazem parte da classe trabalhadora, uma vez que a atividade laboral advém da venda da força de trabalho. Como trabalhador assalariado, a/o assistente social dependerá da compra e venda da sua força de trabalho, em troca de um salário, de instituições que demandam ou requisitam o trabalho profissional (Iamamoto, 2000, p. 58). A autora ainda reforça que,

A realidade social e cultural provoca e questiona os assistentes sociais na formulação de respostas, seja no âmbito do exercício profissional, seja das elaborações intelectuais acumuladas ao longo da história do Serviço Social, os saberes que construiu, as sistematizações da prática que reuniu ao longo do tempo (Iamamoto, 2000, p. 52).

Ou seja, somos uma profissão que intervém na realidade social e sistematiza essa prática, produzindo conhecimento e ampliando o mesmo para a categoria profissional, levando em consideração as transformações societárias cotidianas e a particularidade de cada território e espaço sócio-ocupacional.

Neste aspecto, a profissão ganha uma utilidade social, visando responder às necessidades sociais da classe trabalhadora, através de múltiplas mediações. Ainda em Guerra (2000), as políticas sociais entram em cena como estratégia para a reprodução da força de trabalho e como resultado de lutas por direitos sociais da classe trabalhadora, e as/os profissionais passam a atuar em sua formulação e implementação.

Quanto à sua implementação, os assistentes sociais ganham espaço no mercado de trabalho e passam a ser categoria, constituindo a emergência da profissão na fase do capitalismo monopolista, no Brasil. Dessa forma, na vida cotidiana, ocorre a transformação do mundo moderno, das condições de vida e, é neste cotidiano, que assistentes sociais surgem como profissionais aptos a intervir na realidade social dos indivíduos que enfrentam as mazelas da questão social.

Com o processo da constituição da profissão, assistentes sociais passam a mediar sua atuação pela lógica da instituição, desempenhando papéis que são colocados pela ordem burguesa (Netto, 1992, *Apud* Guerra, 2000, p.7). Ademais, a política social de caráter compensatório e residual, faz com que assistentes sociais sejam limitados a uma intervenção macroscópica e singular, com respostas imediatas e pontuais. (Guerra, 2000, p. 8). Por isso, a instrumentalidade, quando tomada de forma estratégica, pode alterar o cotidiano profissional, considerando que,

A instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano (Guerra, 2000, p. 2).

Neste sentido, a atuação profissional é gerida por um conjunto de técnicas, elencadas por fundamentação, para construção de respostas profissionais qualificadas, problematizando e alargando sua autonomia profissional. Assim, agir com base nestes dilemas e pensar em respostas que vão além do que está posto pela instituição pode ser

um caminho difícil, mas, não impossível. Isso requer a apreensão e domínio das competências e atribuições do Serviço Social, elencadas ao Código de Ética e aos princípios da profissão, que norteiam a prática profissional.

Isso é exposto no cotidiano profissional, visto que em cada contexto social, a intervenção se processará nas condições objetivas e subjetivas da vida dos sujeitos envolvidos - usuárias/os e assistentes sociais. Para Netto (1987, *Apud* Guerra, 2000, p. 9) o cotidiano é o lugar onde ocorre a reprodução social e isso se realiza através da reprodução dos indivíduos. O cotidiano dos assistentes sociais, é caracterizado por singularidades, imediatismos, ocasionados ausência de mediação e, isso se pode se reverter, caso seja apreendido mediações objetivas e subjetivas, a exemplo dos valores éticos, princípios e referências teóricas na intervenção profissional (Guerra, 2000, p. 9).

Em relação a cotidianidade posta, Netto (2007) cita as determinações fundamentais que foram postas por Lukács (1970)¹⁷, afirmando que não há sociedade sem a cotidianidade e a reprodução social dos indivíduos. A cotidianidade é determinada por Lukács de forma heterogênea, imediatista e superficial. Para o filósofo, a heterogeneidade se encontra na inserção das atividades que compõem o conjunto de objetivações do Ser Social, a exemplo da linguagem, do trabalho, da interação, do jogo, vida política e privada.

A imediaticidade é acionada pelas ações dos indivíduos, relacionando o pensamento e ação na hora de dar respostas, portanto ausente de reflexão. Já a superficialidade, que é extensiva para Lukács, é a forma como o cotidiano mobiliza cada sujeito. Ou seja, a heterogeneidade e a imediaticidade implicam que os indivíduos tenham respostas levando em consideração todos os fenômenos que aparecem nas situações postas na vida cotidiana, onde pensamento e ação se processam de modo imediato.

Isso revela que, é no cotidiano que o indivíduo tem suas forças e atenção mobilizadas, e a heterogeneidade tenciona essas ações. Nesse aspecto, a consciência humano genérica¹⁸ só será possível na superação da singularidade, ou seja, somente

¹⁷ As determinações fundamentais que Lukács definiu para a cotidianidade, expostas nos estudos de Netto (2007) foram determinadas nos estudos sobre a ontologia do ser social, em “conversando com Lukács (Vários, 1969), onde o homem foi compreendido como o ser que dá respostas (Netto, 2007, p. 67).

¹⁸ Segundo Lukács (2013) A consciência humano-genérica acontece na medida em que “O homem singular pôde (e pode) se tornar genérico, na medida em que ele aceita e procura realizar, no seu respectivo ser social, as determinações como a sua própria existência e essência que remete para além da particularidade” (Lukács, 2013, p. 489). Para Heller (1972, *Apud* Netto, 2007, p. 27-28) A consciência Humano-genérica acontece na suspensão da vida cotidiana, onde afirma as 4 formas de suspensão desta: O trabalho, a arte, a ciência e a moral. Assim, ocorre a passagem do meramente singular ao humano genérico.

quando o indivíduo se instaura como particularidade, em um espaço de mediação entre o singular e o universal (Netto, 2007, p. 27,28).

A vida cotidiana para Netto (2007), também é heterogênea e ao mesmo tempo hierárquica. Isto é, a vida cotidiana se altera conforme o período da história, ou conforme as particularidades e interesses dos indivíduos. Também, é hierarquizada pela formação de atos e atividades repetitivas no dia a dia, formando a rotina, que é característica da cotidianidade. Logo, é “na vida cotidiana que o homem aprende as relações sociais e as reproduz enquanto instrumento de sobrevivência” (Netto, 2007 p. 26). Na ótica da reprodução de relações sociais, além de compreender e aprender a como sobreviver, o homem também se torna um indivíduo genérico, ou seja, é um co-participante do coletivo.

O Serviço Social atua sobre todas as necessidades humanas, no quesito de atender a classe trabalhadora por meio da mediação. Mediação essa que reflete ao processo de passagem entre “partes, forças e fenômenos de uma totalidade” (Mello, 1982 *Apud* Netto, 2007, p. 52). Dessa forma, o agir profissional do assistente social não é neutro, ou seja, baseia-se na realidade social enquanto totalidade. E é por meio da consciência que serão criadas e acionadas as escolhas para melhor estratégia de ação, com base coletiva, consciente e criativa. Deste modo, para analisarmos o cotidiano profissional, surge a necessidade de discutirmos a gênese, maturidade e renovação do Serviço Social, bem como sua relação com a política social.

2.2 Serviço Social na história: Significado social da profissão no Brasil

Para pensarmos na gênese do Serviço Social, devemos analisar os determinantes da passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista. De acordo com Netto, (1996, p. 19) a passagem é quando o capitalismo monopolista¹⁹ recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica.

Este momento demonstra a maturidade da burguesia em detrimento ao Estado, e o “estágio denominado por Lênin de Imperialismo” (Cisne, 2004, p. 31). O Estado, passa

¹⁹ Netto (1996) afirma que esses traços monopolistas confirmam o acréscimo de lucros capitalistas, momento em que a burguesia também atinge sua maturidade histórica. No capitalismo dos monopólios, as empresas multinacionais passam a se expandir, à medida em que as taxas de lucro também se elevam, aumentando preços de mercadorias e serviços, e economizando trabalho vivo com introdução das novas tecnologias. Com a redução da força de trabalho viva e a acumulação revertida aos grupos monopolistas, o exercício industrial de reserva tende a aumentar, bem como as desigualdades sociais.

a exercer papel de garantidor de condições de acumulação, assegurando o lucro capitalista.

Na análise de Marx, o que ocorre é a transformação de escravos e servos em trabalhadores assalariados, isto é, a exploração da classe trabalhadora, que vende sua força de trabalho. Nesse sentido, com a monopolização dos grandes capitalistas, a massa de pessoas na miséria tende a aumentar, bem como a opressão, a servidão e a exploração (Marx, 2014). Assim, as contradições sociais nesse período se intensificam com a exploração e a alienação da classe trabalhadora. São os trabalhadores que produzem a riqueza, explorados pela mais-valia do capital. Segundo Cisne (2004),

Essas contradições são determinadas na relação capital-trabalho, na qual os interesses das classes sociais em jogo (classe trabalhadora e classe burguesa) são inconciliáveis, uma vez que para garantir o acúmulo do capital, a classe dominante tem, necessariamente, que explorar a mão de obra das(os) trabalhadoras e trabalhadores (Cisne, 2004, p. 32).

O Estado passa a se submeter à lógica do capital monopolista, criando um conjunto de condições necessárias para acumular e valorizar o capital monopolista. Em resposta a isso, a classe subalternizada passa a reivindicar que o Estado também a atenda. Logo, o Estado passa a responder às necessidades tanto do monopólio quanto do proletariado.

Neste sentido, o Estado passou a intervir politicamente e economicamente, com múltiplas funções, de maneira direta e indireta. Diretamente, investiu alto e a longo prazo financiando os monopólios, controlando empresas em processo de reprivatização, e entrega aos monopólios de construções realizadas com o fundo público. E, indiretamente, passou a encomendar e comprar produtos, assegurando a valorização e o investimento público, além de gastos com pesquisas, investigação e preparação da população que tende a vender a sua força de trabalho. Do ponto de vista político, o Estado intervia como um comitê executivo da burguesia, que de acordo com Netto (1996, p. 46) “opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e a valorização do capital monopolista”.

Na América Latina, a década de 1920 é marcada pela emergência de novas classes sociais, devido ao aumento da exploração da força de trabalho. Isso porque, o processo de industrialização e penetração de capital norte-americano para substituição da hegemonia inglesa nos países latino-americanos, ocorre de maneira precoce (Castro, 2000).

O Estado Chileno vivenciava a intensa produção de cobre após o início da Primeira Guerra Mundial. Isso porque, as companhias norte-americanas, subalternizaram

as antigas empresas nacionais do país (Castro, 2000, p. 36). Isto posto, deve-se também a intensa exploração da classe operária, bem como seu crescimento numérico.

Com efeito, as organizações da classe proletária emergem por meio de protestos, exigindo que o Estado atendesse as demandas da nova realidade social (Castro, 2000, p.35). Ou seja, uma realidade social marcada pela “miséria, crescimento urbano caótico, migrações de camponeses expulsos de suas terras, etc” (*Id.*, 2000, p. 37), ao qual esse processo, tanto no estado Chileno, quanto nos demais territórios latino-americanos, foram consequência da expansão das relações capitalistas de produção. Essa realidade retrata o início da dependência latino-americana aos países de primeiro mundo, ordenando a teoria da dependência, já discutida no primeiro capítulo.

Nesse momento, viu-se a emergência de agentes para trabalharem com estes fenômenos (*Id.*, 2000, p. 37). A emergência do Serviço Social como profissão, intervindo nas múltiplas expressões da questão social (Iamamoto, 2006) aparece como necessária no contexto Chileno. Nas condições postas, a primeira Escola de Serviço Social é fundada por médicos, sacerdotes e advogados. Isso porque, o Estado tinha esses profissionais como seus aliados, já intervindo em conflitos sociais²⁰. O Estado, passa a ser o principal empregador de assistentes sociais e tem como objetivo o controle e reprodução da força de trabalho, visando a conformação e enquadramento da classe trabalhadora (Cisne, 2004, p. 33).

No Chile, enquanto América Latina, as lutas populares foram decisivas para a profissionalização do Serviço Social, bem como em outros territórios. Porém, a burguesia chilena tornou-se pioneira, “ao institucionalizar diversas reivindicações populares no seio do direito burguês” (Castro, 2000, p. 70). Por isso, o Estado se viu obrigado a dar respostas às expressões da questão social, aos “problemas de previdência social habitação, condições de trabalho, saúde públicas, salariais, etc” (*Id.*, 2000, p. 70). Nesse sentido, o Serviço Social Latino- Americano sucumbe a base da influência europeia, confirmando a vinculação estrutural mantida entre os dois continentes durante séculos (*Id.*, 2000, p. 39).

Segundo Castro (2000) a influência Europeia não é simplesmente algo abstrato. Além do continente Latino-Americano ser dependente e subalternizado aos países de

²⁰ Segundo Castro (2000, p. 38), os conflitos sociais dos trabalhadores, a exemplo dos protestos operários, eram tratados por advogados. No âmbito da saúde, os médicos já desempenhavam papel de conter as enfermidades de milhares de trabalhadores, tendo ações preventivas precarizadas, bem como a falta de infraestrutura, onde viam a necessidade de um amplo corpo de profissionais.

primeiro mundo, os próprios governantes conferem ao “Velho Mundo”, um modelo de nação e de acumulação. Não é atoa que, na América Latina, os países demonstram esse traço europeu “na arquitetura, na estrutura escolar, na organização do exército...” (Castro, 2000, p. 39).

A primeira escola de Serviço Social, fundada no Chile, em 1925, surge como um campo de vinculação Estatal e Católica, “obedecendo um estudo voltado para formação de agentes sociais adequados às mudanças sofridas pela sociedade chilena, buscando responder aos estímulos concretos e práticos que lhe impunha a luta de classes...” (Castro, 2000, p. 72).

A classe trabalhadora passa por diversas desigualdades sociais, seja econômica, política, social e cultural. Dessa forma, surgem as expressões da questão social, que segundo Yamamoto (2000) “é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade” (Yamamoto, 2000, p. 27).

Nesse sentido, as expressões da questão social passam a ser de interesse do Estado, garantindo que a força de trabalho fosse preservada, para que a classe trabalhadora tivesse o mínimo para sobreviver e continuar vendendo sua força de trabalho. Nesse viés, o Exército Industrial de Reserva (EIR) emerge, na medida em que uma parcela da população é acoplada para vender sua força de trabalho mais barata, sendo regulada pelo próprio sistema capitalista e o Serviço Social surge para dar conta do pauperismo, fruto da sociedade capitalista.

No Brasil, durante a República Velha (1889-1930), a questão social era vista como caso de polícia, tratada com poder controlador e de repressão da polícia, além de ser responsabilidade da Igreja Católica. Isso retrata as relações sociais estabelecidas e concretizadas no machismo, racismo, patriarcado e clientelismo, conforme já discutido no primeiro capítulo. Ou seja, as múltiplas expressões da questão social, advindas da miséria, da exploração e da expropriação da classe trabalhadora, são ocasionadas e tratadas dentro da perspectiva conservadora e da moral dos costumes, estabelecidos na formação sócio-histórica do país. A questão social era vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam, embora situados dentro de relações capitalistas.

Nessa esteira, o Estado converte a questão social em problemas sociais, onde dirige-se a um individualismo, culpabilizando os indivíduos da realidade que vivenciavam.

Somente na década de 1930 que, a questão social passa a ser reconhecida como caso de política. Isso ocorre devido ao crescimento da classe trabalhadora e da agudização de sua pobreza. Os trabalhadores, se reconhecem como classe, tomando consciência de classe, reivindicando por meio de manifestações populares que ganham força. Durante o Governo de Getúlio Vargas, as ações foram voltadas para a classe trabalhadora, tudo com objetivo de apaziguamento do conflito entre classes. Isso situa a nossa discussão já realizada no decorrer deste trabalho, de modo que os indivíduos em situação de pobreza, tendem a recorrer aos governantes com o caráter da troca de favores. Vargas demonstra notoriamente esse caráter, já que seu papel de clientelista ocasionou ações assistencialistas para a população que demandava. A Era Vargas marca a noção fetichizada dos direitos, obscurecendo a classe operária e impedindo-a de perceber a outra face da legislação social (Iamamoto, 2006, p.238).

Sendo assim, o Estado apoia-se na classe trabalhadora para validar sua legitimação, incorporando o desenvolvimento de instituições assistenciais e previdenciárias para propiciar a manutenção da ordem, a fim de garantir a exploração da força de trabalho e o controle da sociedade. Essas instituições não consideravam as ações como direitos, prevalecendo as relações de favor. No governo de Vargas, o que prevalecia era seu populismo, paternalismo, clientelismo e o mascaramento da desigualdade social (Cisne, 2004, p. 37). Entretanto, as formas de repressão ainda aconteciam, impedindo a autonomia das organizações sindicais que estavam se ampliando.

Segundo Cisne (2004), o Serviço Social surge como intermédio da Associação das Senhoras Brasileiras (1920) no Rio de Janeiro e da Liga das Senhoras Católicas (1923) em São Paulo, com intuito de preparar indivíduos para trabalharem na assistência e no apostolado social. Já em 1922, a Confederação Católica, em articulação com a Ação Católica centralizou o apostolado laico. O desenvolvimento do Movimento Laico se ampliou, formando grupos destinados “à juventude católica²¹ para a ação social junto a classe operária” (Iamamoto, 2006, p.167).

Em São Paulo, instituiu-se em 1932 o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS). Seu objetivo estava voltado à,

²¹ Foram formados grupos a exemplo da Juventude Operária Católica (JOC), expandido para a Juventude Estudantil Católica, Juventude Independente Católica, Juventude Universitária Católica e Juventude Feminina Católica (Iamamoto, 2006, p. 167).

promoção da formação de seus membros pelo estudo da doutrina sociais da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social (Iamamoto, 2006, p. 169).

Nesse sentido, as atividades do CEAS serão orientadas para formação técnica especializada, em que será trazido da Europa influências para estudo e organização do ensino em Serviço Social (Iamamoto, 2006, p. 178). Com efeito, 1933 apresenta grandes avanços, na medida em que ocorrem atividades como a Liga Eleitoral Católica, a Primeira Semana de Ação Católica, formação de quadros da Juventude Feminina Católica e delegação pela sua representação. Em 1936, é fundada a primeira Escola de Serviço Social de São Paulo, instituída pelo CEAS e pelos esforços do Movimento Católico Laico.

Por ser fundado no caráter religioso da Igreja Católica, movimentado por grupos católicos, o Serviço Social pregava o discurso da ajuda e caridade, doutrinando o pensamento social da Igreja, “propondo-se à mobilização da opinião católica para o apostolado social” (Iamamoto, 2006, p.201). Nesse sentido,

O assistente social, ao mesmo tempo em que deverá atuar no sentido de garantir ao trabalhador e sua família um nível de vida moral, físico e econômico normal, e a correta aplicação das leis trabalhistas, deverá combater o absenteísmo, o relaxamento no trabalho, velar pela moralidade, promover a conciliação nos dissídios trabalhistas e adaptar o trabalhador a sua função na empresa (Iamamoto, 2006, p. 209).

As primeiras instituições assistenciais surgem também nesse período, sendo palco de atuação do Serviço Social. O Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) é fundado com o intuito de intervir nos problemas do Serviço Social. Entretanto, sua função não chegou a ser de fato, atuante, devido a manipulação de verbas e mecanismo de clientelismo político (*Id.*, 2006, p.250). A partir daí, suas funções passam a ser exercidas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) criada em 1942, mostrando-se cada vez mais forte em seu caráter assistencialista.

Entra em cena a necessidade de uma profissão para intervir nas expressões da questão social, e da criação de políticas sociais, voltadas aos interesses e necessidades da classe trabalhadora. Segundo Sposati (1995),

O avanço das políticas sociais terminam por ser menos a ação do Estado em promover a justiça social e mais o resultado de lutas concretas da população, estas duas faces fazem parte da política social. De um lado, instrumento de superação (ou redução) de tensões sociais, [...]. De outro, espaço de reflexão de interesses contraditórios das classes sociais: luta pela determinação do valor da força de trabalho e atendimento às necessidades objetivas do capital (Sposati, 1995, p. 34).

O Serviço Social se insere num modelo assistencial de caráter assistencialista, onde o objetivo era amenizar os conflitos sociais, limitando a atuação profissional em amenização das sequelas mais graves da exploração (Cisne, 2004, p. 41). E também, devido à influência europeia, o Serviço Social Brasileiro tem sua gênese na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga e no pensamento de São Tomás de Aquino, com o tomismo e o neotomismo.

O conservadorismo também marca a institucionalização da profissão, mascarando o problema, colocando os indivíduos como desajustados em meio a sociedade. Isso porque, as Encíclicas Papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* foram referência para a atuação profissional, sendo influência da Igreja Católica na configuração de vocação e missão, servindo ao próximo. Cisne (2004), aponta que a igreja católica contribuiu para o controle e dominação das mulheres. Configura-se a mulher como “boa”, moldada à influência de Maria, mãe de Jesus, conforme demonstra os estudos de Zaíra Ary (2000).

Dessa forma, o Serviço Social e assistência social²² foram se constituindo de atuação feminina, sendo considerado também um espaço de profissionalização doméstica das mulheres. Essa feminização da profissão advém de uma cultura machista e patriarcal, impondo o espaço de cuidado, caridade e filantropia à mulher, na construção de uma profissão vinculada à família, à mulher, à criança, aos pobres. Não é atoa que, a Assistência Social nesse período era destinada às pessoas pobres, pessoas idosas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência que dela necessitarem, sem a perspectiva de direito, mas sim, da caridade e da ajuda. A LBA possui papel crucial nesse processo, imprimindo características clientelistas, de favor e de benemerência.

Construindo o conceito de primeiro damismo, a LBA passa a ser presidida pela primeira dama, Darcy Vargas, cargo que é sucessivamente ocupado pelas primeiras damas, até sua extinção. Cisne (2004) demonstra brevemente que, essa lógica de primeiro damismo recorre da essência da relação entre assistencialismo e a mulher, já que historicamente a mulher é considerada cuidadora²³, e apta a se responsabilizar com

²² A primeira aparição de legislações assistenciais foi em 1923, aprovando-se a lei Eloy Chaves, passando a ser obrigatório a criação de Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPS). Juntamente com os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), ambas foram primeiras formas de previdência social para trabalhadores. Em 1927, aprova-se o Código de Menores, buscando intervir de maneira punitiva na delinquência juvenil. Em 1990, este veio a ser extinto, criando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sendo a criança como um sujeito de direitos em desenvolvimento (Behring, Boschetti, 2016, p. 81).

²³ Segundo Vasconcelos (2009), na divisão sexual do trabalho, a mulher ocupa espaços de dupla jornada de trabalho. Ou seja, uma relação entre trabalho produtivo remunerado e trabalho reprodutivo não remunerado.

problemas sociais, por meio da caridade e ajuda (Cisne, 2004, p. 44). Isso reflete a formação do país, fundada no familismo, no machismo, no patriarcado, conforme já discutido no início deste trabalho.

Cisne (2004) confirma que a institucionalização da profissão está imbricada ao gênero feminino, onde as mulheres da época trouxeram para profissão seus valores, suas formas de cuidado. Iamamoto destaca que isso configura uma atuação vinculada no amor ao próximo, com qualidades de “devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplicidade, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer...” (Iamamoto, 2006, p. 221).

A reprodução da força de trabalho e o Serviço Social também se destaca nesse contexto, uma vez que o Estado impulsionava a profissão para intervir no atendimento às demandas da classe trabalhadora, bem como forma de reprodução capitalista. Ou seja, as ações assistenciais já retratavam um caráter de reprodução da força de trabalho, compensatórias e residuais. Em 1942 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), onde objetivo central do programa seria a qualificação da força de trabalho, onde o Serviço Social será incorporado nessa atuação (Iamamoto, 2006, p.245).

No marco do surgimento dessas grandes instituições assistenciais, houve espaço para o possível rompimento da profissão com a doutrina católica, garantindo a abertura de um mercado de trabalho ampliado para assistentes sociais. Foi nesse momento, que passou a existir a teorização do Serviço Social, dando lugar a influência norte-americana. Segundo Andrade (2008),

O mercado de trabalho que se abriu para a profissão pressionava o Serviço Social a reconsiderar as suas origens. Como parte da engrenagem de execução das políticas sociais, passou a ser uma ação necessária e útil ao funcionamento racional das instituições, de acordo com o papel que elas tinham de desempenhar no momento de produção capitalista e no desenvolvimento do projeto sócio-econômico burguês (Andrade, 2008, p. 271).

No acirramento da Segunda Guerra Mundial, Brasil e Estado Unidos instauram a política de Boa vizinhança, o que irá configurar uma referência norte americana nas profissões brasileiras. No Serviço Social, assistentes sociais são chamados a participar de congressos interamericanos, bem como a concessão de bolsas de estudos no exterior. Andrade (2008) enfatiza que essa relação foi estabelecida no Congresso Interamericano

O trabalho reprodutivo não remunerado, ou o trabalho de cuidado reflete a atuação da mulher, sendo mal “remuneradas e desvalorizadas socialmente, associadas às tarefas de cuidado – entendidas como tipicamente femininas” (Vasconcelos, 2009, p. 37).

de Serviço Social (1941) e foi pelos intercâmbios que os conhecimentos norte-americanos passaram a penetrar na atuação profissional brasileira de assistentes sociais.

Iamamoto (2006) afirma que a partir da década de 1940, o Serviço Social traz a junção do cristianismo com a tecnização positivista na profissão, denominado arranjo teórico-doutrinário. As exigências partiam do racionalismo, do pragmatismo dentro do Serviço Social de caso, buscando o ajustamento social do indivíduo; de grupo, que objetivava os indivíduos a aumentarem seu funcionamento social; e comunidade, cujo eram estabelecidos os dois processos anteriores, numa lógica assistencial e de ajustamento.

Ainda na década de 1940, a intensificação de eventos e congressos em busca de atualização da profissão passaram a ser recorrentes. O ano de 1946, marca o surgimento e a criação como Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS) e Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), com o objetivo de organizar a profissão no país.

Posteriormente o primeiro CBAS ocorreu em 1947, promovido pelo Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), com representantes particulares e governamentais ligados ao Serviço Social e a Assistência. Esse congresso trouxe a preparação para o 2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social²⁴, em 1949. Com efeito, o CBAS de 1947, apresenta ausência de temática central, com debates muito acirrados na perspectiva familista, moral, religiosa e em favor do capital.

Isso refletia-se num cotidiano de trabalho profissional que se ampliava recentemente, sendo tensionado pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. No 2º Congresso Pan Americano, de 1949, ocorrido no Brasil, há pouca inovação em relação ao de 1945, definindo novas qualidades para o Assistente Social, “como um utilizador das técnicas de base científica, nos problemas de ajustamento do homem a coletividade e de integração do mesmo em si próprio” (Iamamoto, 2006. p. 333).

Além disso, argumentava-se o caráter elitista na profissão, e que poderiam abrir possibilidades para o nível popular, ou seja, que pessoas pobres, classe trabalhadora, pudessem atuar como assistentes sociais. Ainda em Iamamoto, aprovaram que “o Serviço

²⁴ Segundo Iamamoto (2006, p. 329) O 1º Congresso Pan- Americano de Serviço Social, foi realizado em 1945, no Chile e antecede o ocorrido no Brasil, em 1949. Esse encontro representa apoio a Organização dos Estados Americanos (OEA), onde faz jus ao caráter de neutralidade, consolidação entre o capital e trabalho, ação educativa e valorização ao homem. Ainda em Iamamoto, também procura decidir sobre as condições de ingresso nas escolas, currículo básico, planos de trabalho prático, etc (Iamamoto, 2006, p. 330).

Social é uma vocação e, sendo princesa ou trabalhadora, será sempre uma assistente social (Iamamoto, 2006, p. 335).

No entanto, somente na década de 1960, que a profissão observa que está em expansão, onde sofrerá diversas transformações, modernizando-se, no aparecimento de novas funções para assistentes sociais. Esse momento é situado em um período de desenvolvimentismo, sustentado pelas políticas populistas e a vitória de Jânio Quadros²⁵, em busca pela expansão econômica, na presença do capital estrangeiro, e na apropriação de um país de capitalismo periférico e dependente.

O período curto que teve seu mandato, terminando em 1964, conforma a vitória eleitoral do populismo de direita, com forças conservadoras no plano político, econômico e social do País. Consequentemente, o Serviço Social também passa por uma linguagem tradicionalista, muito atrelada a sua gênese. Nesse momento, vê-se a necessidade de situar o Serviço Social, e assim a necessidade do II Congresso Brasileiro do Serviço Social, ainda que com o tema central da “Desenvolvimento Nacional para o Bem-estar Social”²⁶(Iamamoto, 2006, p. 349).

Algumas indagações também são postas pelo Serviço Social, como atualização na formação profissional, especialização na graduação, reivindicação de direitos. Exemplos como a carga horária de trabalho reduzida ao máximo 30 horas semanais; remuneração condigna; e a ideia da criação de sindicatos e associações profissionais. (Iamamoto, 2006, p. 353) Ademais, criticavam também as práticas paternalistas das instituições assistenciais, constatando a inadequação das estruturas político- administrativas, bem como as medidas corretivas. Também reivindicam melhor qualidade nos serviços prestados pela previdência, necessidade de uma legislação agrária, tudo isso, dentro dos limites do governo.

Mais tarde, no acirramento do período de opressão que se presenciava no Brasil, com o golpe ditatorial instaurado em 1964, em que consideramos o período da autocracia burguesa brasileira, muitos assistentes sociais participantes de mobilizações populares,

²⁵ Jânio Quadros foi eleito em 1960, e seu projeto propunha um desenvolvimento harmônico e humano. Por conta da crise moral e político-social que o país se encontrava, propôs medidas moralizantes, defendendo a justiça social e a solidariedade. Preocupava-se com a racionalidade, e exigia um planejamento democrático e a integração nacional (Iamamoto, 2006, p. 347).

²⁶ Os grupos de estudos se dedicam a temas como: “Serviço Social e os novos rumos da Previdência- Universidade e formação de líderes para o desenvolvimento; Programas de Bem-estar Social na Reabilitação Profissional; O Menor em Face da Família e da Comunidade; Contribuição do Serviço Social para os Programas de Renovação Urbana; O Centro Social como Instrumento de Vida Comunitária; Problemas Profissionais do Assistente Social; A posição do Serviço Social nos Programas de Desenvolvimento das Áreas Rurais” (Iamamoto, 2006, p.350).

foram perseguidos pelos ditadores do golpe militar. Isso devido ao alinhamento ao movimento esquerdista, mesmo que ainda de forma clandestina.

Antes de tudo, deve-se considerar que o período da autocracia burguesa brasileira marca um direcionamento dos militares em integralizar o Brasil no imperialismo dos Estados Unidos, marcando uma maior dependência aos países de primeiro mundo. Para Netto (2015, p. 31), o objetivo do golpe estava direcionado em

adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta inserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podiam ser catalisadas contra a revolução e o socialismo.

O período da autocracia burguesa (1964-1985) resgata os piores traços da sociedade brasileira, desde a sua gênese, em que o momento do pacto contra revolucionário burguês, redirecionar processos de exclusão das camadas populares em decisões; a maior dependência aos países capitalistas centrais, demonstrando o atraso do Brasil e que aprofunda a heteronomia (Netto, 2015). Todo esse processo é marcado pela modernização conservadora, conduzida pelos interesses do monopólio, garantindo benefícios ao capital estrangeiro (*Id.*, 2015, p. 49). Isso tudo, de maneira repressiva e autoritarista.

No marco de uma industrialização pesada, o mercado de trabalho se expande, assim como as vagas em universidades públicas e a criação de universidades estaduais e privadas, com objetivo de expandir a qualificação da força de trabalho dos jovens brasileiros, para o desenvolvimento econômico do país. Para os assistentes sociais a situação não foi diferente, intencionando o trabalho de assistentes sociais que, ainda em seu marco de consolidação, para o mundo dos monopólios (Netto, 2015).

Esta expansão do mercado de trabalho, coloca para o Serviço Social, um leque de exigências para adequar a profissão à autocracia burguesa. Em Netto (2015, p. 163), exigia-se um profissional “Moderno”, mas que desempenhasse traços “tradicional” que foram vivenciados no surgimento do Serviço Social.

Esse período, considerado o processo de renovação do Serviço Social, aparece como um avanço, marcando uma reorganização da profissão, considerando aspectos decisivos para esse processo, a depender do pluralismo teórico; diferentes concepções profissionais; a perspectiva teórico-metodológica da profissão como um agente intelectual e, segmentos de vanguarda, com possibilidades de inserir a profissão em processos de investigação e pesquisa (Netto, 2015, p. 178).

Como consequência, o Serviço Social é tensionado e se vê em um cenário de erosão com o tradicionalismo profissional, reconhecendo que a profissão tem dois caminhos a seguir: ou atende os requisitos da sociedade que está em mudança, ou se arrisca em ver se legado de lutas e conquistas em segundo plano. Por isso, faz-se necessário o aperfeiçoamento do Serviço Social (Netto, 2015, p. 182).

Nesse cenário, a partir de 1965 a América Latina presenciava o Movimento de Reconceituação Latino Americano, considerando um movimento que se instaura em um quadro global “econômico-social, político, cultural e estritamente profissional” (Netto, 2015, p. 190). Vale destacar que esse cenário, presencia a luta pela libertação de um capitalismo excludente, opressor e explorador, no rompimento dos traços imperialistas (Faleiros, 1987, *Apud* Netto, 2015, p. 191).

Contudo, o Movimento de Reconceituação Latino Americano (1965-1975), passa a instigar que assistentes sociais busquem questionar a teoria da profissão. Iamamoto revela que esse movimento trouxe o questionamento à profissão dos seus fundamentos, de sua direção social e da prática profissional estabelecida. Nesse momento, inicia-se a busca por uma prática que faça uma leitura crítica da realidade social, com base teórico metodológica e a busca pelo rompimento do tradicionalismo na profissão (Iamamoto, 2010, p. 205). E foi a partir disso, que a categoria profissional passou a participar de movimentos sociais e incorporar o movimento das lutas de classes.

No que diz respeito ao Serviço Social Brasileiro, que passava por um período autocrático burguês, a renovação do Serviço Social dirige-se em três vertentes: A perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. De maneira breve, a *perspectiva modernizadora* surge como uma vertente que mantém no Serviço Social a sua relação com o desenvolvimentismo, com suporte teórico funcionalista, tendo relação com a ordem vigente, a Ditadura.

Nesse período, de 1965 até meados da década de 1970, ocorrem alguns Seminários, a exemplo de Teresópolis (1970), constituindo a cristalização do moderno na profissão e, de Araxá (1967), que afirma o consensualismo na profissão, ou seja, aceitação do momento, adequando a profissão à ditadura.

Com a efervescência da ditadura militar, em seu auge de repressão e censura, a vertente *reatualização do conservadorismo* traz a permanência do conservadorismo e do tradicionalismo na profissão, recuperando valores humanistas e postulados na profissão. É também nesse momento que, a fenomenologia aparece como suporte teórico-metodológico, e os Seminários de Sumaré (1978) e Seminário de Alto da Boa vista (1984)

trazem a cientificidade da fenomenologia dialética e a defasagem da pobreza teórica, respectivamente.

Em 1979, com uma categoria de assistentes sociais alinhados ao movimento de ruptura com as práticas tradicionais e conservadoras na profissão, ocorre III CBAS, “O Congresso da virada”, que se torna um marco simbólico na recusa do conservadorismo ao Serviço Social brasileiro. Segundo Iamamoto,

O congresso é um marco simbólico na recusa do conservadorismo de origem no Serviço Social brasileiro em favor de sua renovação histórico-crítica. O III CBAS articula, unifica e simboliza a “virada” dos compromissos políticos do Serviço Social com as classes dominantes e o poder político que presidiram sua institucionalização e desenvolvimento no país. Os assistentes sociais, como coletividade, passam a sintonizar-se com os interesses e necessidades de trabalhadores e trabalhadoras em luta pela democracia. (Iamamoto, p.5, 2020).

Tudo isso, para obtenção da renovação crítica do Serviço Social, acionando espaços de integração profissional para que assistentes sociais possam se atualizar e interagir com o coletivo. Assim, ainda em Iamamoto (2020, p.5) O “Congresso da Virada” expressa a luta pela hegemonia no universo de assistentes sociais: na sua atuação, na formação acadêmica e na produção de conhecimentos na área de Serviço Social.

O Congresso visa atingir a maturidade da profissão, e a construção de um Projeto Ético Político, sendo hegemônico na categoria profissional, com o intuito de acionar a ruptura com o tradicionalismo. Além disso, o objetivo também ocorre para que o trabalho profissional seja articulado através da crítica, articulando a teoria e a prática. Tudo isso, para que a categoria não seja apenas executora de políticas sociais, mas que, estabeleça articulação com a mobilização popular, garantindo a intervenção nas expressões da questão social e, a busca por uma sociedade emancipada enquanto seres sociais em um coletivo.

Nesse sentido, a *intenção de ruptura* representou o marco da perspectiva emancipatória, ganhando força à medida em que o período autocrático burguês entrava em crise. A universidade foi fundamental nesse contexto, já que nesse espaço que assistentes sociais foram permitidos a desenvolver pesquisas no envolver da prática profissional e intelectual. Ademais, as bases que influenciaram a intenção de ruptura estavam ligadas ao processo de democratização, onde o movimento das classes subalternizadas foi crucial para essa perspectiva, já que se iniciava o compromisso do Serviço Social com a classe trabalhadora. Iamamoto (2006) revela que foi por meio da intenção de ruptura que se consolidou o plano teórico crítico, fazendo o resgate da inspiração marxiana.

Netto (2015, p. 383) afirma que a “intenção de ruptura enriqueceu o debate profissional com um elenco de núcleos temáticos e propostas crítico-analíticas que o tornaram contemporâneo das polêmicas e alternativas do universo cultural mais avançado da área das ciências sociais”. Ou seja, foi por aí que se deu novos rumos à profissão, novos aportes teóricos, novas formas de intervenção e novas legislações, a exemplo do Código de Ética do Serviço Social (1993), bem como a Lei de Regulamentação da Profissão (1993), empenhadas em uma atuação profissional no compromisso com a classe trabalhadora.

Contudo, o Serviço Social é regulamentado como uma profissão liberal, em que o assistente social é conduzido por uma relativa autonomia. Essa relativa autonomia se dá pelo significado social da profissão e das relações entre empregado e empregador, ou seja, o profissional e a instituição empregadora (Iamamoto, 2010). Ou seja, os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder, delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho, interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. Eles impõem, ainda, exigências trabalhistas e ocupacionais aos seus empregados especializados e mediam as relações com o trabalho coletivo por eles articulado (Iamamoto, 2010, p. 215).

Além disso, a condição de assalariado, envolve outras determinações, sendo um funcionário público, ou privado, as legislações trabalhistas devem ser consideradas. Ou seja, jornadas de trabalho, salário, controle do trabalho, intensificação das atividades e metas, são definidas pelos empregadores, além do suporte de recursos materiais para a execução do trabalho a partir das demandas.

Desse modo, as demandas apresentadas pelos sujeitos sociais também se transformam em demandas profissionais, no âmbito da relação entre empregadores e cidadãos de direitos. Isso afirma a contradição da profissão, que, junto aos empregadores, articulam um conjunto de condições e possibilidades para realização dos resultados (Iamamoto, 2010, p. 218-219). Portanto, é válido ressaltar que, no mercado de trabalho, algumas imposições aparecem, conduzindo o trabalho profissional a uma mera exigência do empregador, subordinando a profissão e sujeitando o assistente social ao trabalho alienado (Iamamoto, 2010, p. 219).

No marco da precarização do mundo do trabalho na contemporaneidade, o Serviço Social encontra entraves para sua execução de forma mediada, reflexiva e consciente. Um desses entraves é o clientelismo. Por isso, no próximo capítulo, apresentaremos como o

clientelismo é presenciado no Serviço Social, e conseqüentemente, apresentado como impacto no cotidiano profissional, a partir do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

3 O CLIENTELISMO NA ATUALIDADE: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ANAIS DO CBAS DE 2019 E 2022

Este capítulo tem como objetivo analisar os artigos publicados nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes sociais (CBAS), dos anos de 2019 e 2022. Este período foi marcado pela pandemia do Covid-19²⁷, o aprofundamento no mundo do avanço das forças conservadoras e de extrema-direita. Esta extrema-direita passa a ocupar um lugar no Brasil, após as Jornadas de junho de 2013, em que se considera o estopim para a direita se posicionar (Duarte, 2023, p.7). O movimento também se deu após a os gastos com a copa de 2014, corrupção, e a desestruturação das políticas de saúde, educação e transporte. Os movimentos sociais passaram a demonstrar insatisfação política, falta de representatividade e um descontentamento com o governo, que nessa época, propunha o aumento dos preços de passagens em transportes públicos em São Paulo²⁸.

O movimento se expandiu pelas capitais brasileiras, gerando uma crise de representatividade por parte da esquerda. O cenário demonstrou que a esquerda brasileira, ainda mantinha traços neoliberais em seu governo, que perdia sua ascensão de apoio aos movimentos sociais. Com as transformações sofridas pelos movimentos sociais e, mais tarde, com o golpe de 2016, e a entrada do governo Temer, renovando traços neoliberais em suas ações. Consequentemente, surge espaço o para a ascensão do Bolsonarismo e a chegada do ultraneoliberalismo, em um governo contrário a “democracia, a cultura, ao saber científico, as lutas de classes, gênero, orientação sexual e reforça ideologias que incitam a violência social, a misoginia, a censura, a despolitização e as práticas antidemocráticas” (Medeiros, 2021, p. 6).

Como representante da ultra-direita, Jair Messias Bolsonaro assumiu o governo em 2018, constituindo -se como representação com visões conservadoras, moralizantes, permeadas pelo machismo, homofobia e misoginia, na defesa de um país baseado na

²⁷**Histórico da pandemia de COVID-19.** Organização Pan Americana da Saúde (OPAS). <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>.

²⁸Sousa, Lorén. **Por que junho de 2013 marcou o Brasil?** Disponível em: https://www.politize.com.br/por-que-junho-de-2013-marcou-o-brasil/?https://www.politize.com.br/&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwiuC2BhDSARIsALOVfBI1fJOgEmLZ9d_vQuf2Vsgybo-5_cSbYSMzAY-T-VA64y-wHm0j8dAaAii2EALw_wcB. Acesso em: 02 de setembro de 2024.

ordem e moral dos bons costumes, defendendo a família e a religião. (Duarte, 2023, p. 7). O governo Bolsonaro “é o produto da união entre uma burguesia golpista com medo das urnas e um neofascista com excelentes chances nelas” (Demier, 2020, *Apud* Medeiros, 2021, p. 5).

Antunes (2020) destaca que, o neoliberalismo que se instaura nos anos de 1970 a 1990 no país, tem fragilizado lutas sociais, devastando a economia do trabalho, com sua intensificação, flexibilização e precarização, ocasionando um adoecimento dos trabalhadores. Isso é colocado em prática após a *Crise do Welfare State*, e implementado na contemporaneidade brasileira com as diversas contrarreformas ocorridas no Governo Temer, após o Impeachment de Dilma Rousseff. Este cenário é intensificado após a crise Mundial do capitalismo, devido à ascensão da guerra entre Rússia e Ucrânia.

O governo de Bolsonaro, além de pregar suas visões conservadoras e estar alinhado à burguesia dominante brasileira, passa a conduzir o desmonte de direitos sociais. Um fato que marca este período, é a negação pelo combate a pandemia de Coronavírus, onde o ex-presidente dava posicionamentos desprezando as mortes por Covid-19, que se intensificaram a cada dia no País. Com seus discursos de negação de direitos, que nesse período negava a vida da população, considerava a pandemia como “Gripezinha” ou “fantasia”. Além disso, indicava que a população tomasse medicamentos que a própria OMS já teria contraindicado. Em 2022, o Brasil chegava à marca de quase 700 mil mortes por Covid-19.

Neste período negacionista, houve a intensificação de crises econômicas, políticas, culturais e sociais, revelando a intenção da gestão. O que ocorre é a intensificação da exploração da classe trabalhadora e o desmonte de seus direitos, com práticas fascistas e conservadoras, defendendo o porte de armas, a família, o patriotismo e o autoritarismo.

Nessa ótica, a agenda dos costumes neste período, constitui-se por pautas de criminalização do aborto, proibição da união civil de homossexuais, defesa da moral cristã, da família e bons costumes. Ou seja, todas as pautas dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+; das mulheres, da população negra e de diferentes etnias, sofrem desmontes, ocasionando aumento de casos de feminicídio, racismo, xenofobia e transfobia, intensificados pelo neofascismo.

Não é atoa que, no governo Bolsonaro, os índices de feminicídio tiveram aumento significativo, com seu discurso de ódio e com a liberação de armas. De acordo com G1²⁹, houve 5% de aumento dos casos de feminicídio no ano de 2022, totalizando 1,4 mil mortes no país, com o recorte de gênero em comparação ao ano anterior. Já as maiores taxas de feminicídio à mulher se concentram em maior número no estado do Mato Grosso do Sul, com percentual de 3,5 a cada 100 mil mulheres. Também, é válido ressaltar que, Bolsonaro tinha poder nas regiões que se concentram maiores taxas de lucro, a exemplo do Centro-oeste, Sudeste, Sul e parte do norte do país, o que também podemos indicar que se alinha ao viés clientelista, construindo uma hegemonia do poder aos partidos conservadores, e permanecendo o assistencialismo nas regiões mais pobres do país.

Segundo dados da Folha de São Paulo³⁰, o número de milionários teve aumento na gestão bolsonarista, tendo cerca de 562 mil brasileiros entraram para a categoria da classe dominante. Ainda segundo a fonte, o maior número de milionários se concentrou na região de Roraima e Rondônia, sendo consequências do extrativismo, pecuária e agricultura, constituindo o “agro” do país, também defendido pelo governo.

No plano para políticas sociais, o governo extinguiu o Programa Bolsa Família (BF), com a chegada do Auxílio Brasil, que retirava todo o acompanhamento social das famílias beneficiadas, uma vez que o BF mantinha relações com a educação, assistência social e saúde. Não obstante, as contrarreformas do governo não param por aí, uma vez que Bolsonaro seguiu os planos do Governo Temer, dando apoio a desregulamentação das Leis trabalhistas.

Santos e Stampa (2021) afirmam que, a aprovação da Lei nº 13.467 de 2017, alterou vários pontos da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), ampliando a precarização do trabalho. Além disso, a Emenda Constitucional 103/2019, promulgada em novembro de 2019, impõe novas regras para a concessão de benefícios relacionados à Previdência Social, a exemplo do tempo de contribuição, idade mínima, cálculo básico e pensão por morte. Isso tudo, reflete a lógica capitalista em meio a precarização do trabalho, com sua desregulamentação, flexibilização, além da terceirização que é intensificada.

²⁹ Velasco et al. **Brasil bate recorde de feminicídios em 2022, com uma mulher morta a cada 6 horas.** G1 notícias. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/brasil-bate-recorde-de-feminicidios-em-2022-com-uma-mulher-morta-a-cada-6-horas.ghtml>. Acesso em: 13 de março de 2024.

³⁰ Wiziack, Julio. **Número de milionários bateu recorde sob Bolsonaro.** Folha de São Paulo. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2022/12/numero-de-milionarios-bateu-recorde-sob-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 13 de março de 2024.

Houve também, o desmonte das políticas de saúde, com a estratégia de privatizar o Sistema Único de Saúde (SUS), impondo o programa Previne Brasil³¹. Além disso, houve o corte de verbas para a Educação³², com o intuito de extinguir as Universidades públicas do País.

Anterior a este período, o governo de Michel Temer já demonstrava seus interesses de gestão neoliberal e neoconservadora, com práticas do primeiro damismo, presentes desde o governo de Getúlio Vargas. Em seu governo, com a intensificação da pobreza e das reivindicações realizadas pela classe trabalhadora, ocorreu a arquitetura política das políticas sociais. Nesse sentido, a participação da primeira dama foi incluída na pasta da assistência social, com influência da igreja católica, constituindo o assistencialismo.

O primeiro damismo, conforme já discutido a trajetória assistencialista no segundo capítulo, ainda é vivenciado na contemporaneidade e, essa atuação da primeira dama passa a ser vista no governo de Temer. Marcela Temer, a primeira-dama passou a ocupar vaga no âmbito social, principalmente com a criação do Programa Criança Feliz, pelo decreto nº 8.869, como embaixadora voluntária. O objetivo era promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e contexto de vida” (MDSA, 2016, p. 6).

No governo Bolsonaro, o primeiro damismo também é presente, quando a primeira-dama Michelle Bolsonaro também passa a exercer o papel social no governo. Isso é presenciado quando o governo lança o Programa Nacional do Incentivo ao Voluntariado, conhecido como Programa Pátria Voluntária, instituído pelo decreto nº 9.906, de julho de 2019, promovido pelo Ministério da Cidadania.

Segundo Praça (2021), este programa incentiva o voluntariado e a parceria entre o público-privado, com foco em “ajudar” pessoas em situação de pobreza, contando com ações filantrópicas. O programa reforça o assistencialismo, e vai na contramão do que foi conquistado no marco legal da LOAS de 1993, responsabilizando os indivíduos por seus

³¹ Brasil. **A portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019**, institui o programa previne brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da atenção primária à saúde no âmbito do sistema único de saúde, por meio da alteração da portaria de consolidação nº 6/gm/ms, de 28 de setembro de 2017. 2017. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2019/prt2979_13_11_2019.html.

³² Saldãna, Paulo. **Governo Bolsonaro corta R\$2,4 bi do MEC, e universidades vêm situação insustentável.** Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/10/governo-bolsonaro-corta-r-24-bi-do-mec-e-universidades-veem-situacao-insustentavel.shtml>. Acesso em: 29 de abril de 2024.

direitos sociais. (Praça, 2021, p. 12). Ademais, isso vem impactando o trabalho dos assistentes sociais, conforme veremos no decorrer deste capítulo.

As edições de 2019 e 2022 analisadas têm, como temática central, “40 anos da Virada do Serviço Social” e “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”, respectivamente. Um evento de extrema importância para a categoria de assistentes sociais, considerando aqueles que abordam o clientelismo como um desafio para o exercício profissional. Para a busca, foram utilizadas as palavras-chave: Trabalho profissional, Clientelismo, Autonomia relativa. Inicialmente, a palavra clientelismo não foi identificada no processo de busca direta nos anais. Por isso, utilizamos as palavras autonomia relativa e trabalho profissional para realizar a busca, já que nossa pesquisa parte da hipótese de que o clientelismo pode impactar o trabalho profissional do assistente social, mediante a sua autonomia relativa.

Em uma busca realizada nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais do ano de 2019, com tema “40 anos do Congresso da Virada do Serviço Social” foram encontrados 193 artigos com a palavra trabalho profissional e 1 artigo com a palavra autonomia relativa. Já nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 2022, com o tema “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina”, foram encontrados 464 artigos, considerando as palavras-chaves trabalho profissional e autonomia relativa. No total, foram selecionados para leitura 657 artigos.

O processo de leitura dos artigos selecionados foi realizado minuciosamente, buscando o debate acerca do clientelismo em cada artigo. Foi necessário fazer a leitura completa dos artigos para nos aproximarmos de cada debate, já que apenas a leitura do resumo não foi o suficiente para identificarmos o clientelismo como um impacto para o trabalho dos assistentes sociais. Ao final, selecionamos os artigos que citaram o clientelismo como impacto no trabalho de assistentes sociais, principalmente de assistentes sociais inseridos na política de assistência social, conforme será exposto a seguir.

Por isso, para execução da pesquisa nos anais do CBAS de 2019, utilizamos como pressuposto a coleta de dados e a *leitura exploratória*, por meio de uma leitura rápida verificando informações pertinentes ao estudo, que respondem ao objetivo (Lima; Mioto, 2007, p.41). Assim, buscou-se fazer uma breve *síntese integradora*, cujo é o produto final

do processo de investigação, resultado da análise e reflexão dos documentos, com apreensão do problema apresentado, com base na conexão entre a leitura, anotações, reflexão crítica, e as indagações postas (Lima; Miotto, 2007, p.41). Portanto, seguiremos agora com a síntese dos artigos encontrados.

3.1 O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: Aproximações ao estudo do clientelismo e o Serviço Social

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) ocorre no período de dois em dois anos, e é organizado pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFESS)-Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Reúne Assistentes Sociais, estudantes e docentes do Serviço Social, proporcionando debater a atualidade, com base nas transformações societárias, desencadeadas pelo capitalismo, principalmente em sua condição de dependência, conforme explicitado no primeiro capítulo.

Conforme já sinalizado no capítulo dois deste trabalho, o Serviço Social é uma profissão que se tornou emergente na década de 1930, devido ao pauperismo que se instaura no país, e às exigências da classe trabalhadora, que se encontrava situada em diversas expressões da questão social. A questão social se torna inerente ao sistema capitalista, e é ponto crucial para o desenvolvimento capitalista, já que a classe trabalhadora subalternizada, que vende sua força de trabalho, é a classe que não detém dos meios de produção, explorada pelo sistema.

O Serviço Social é atravessado por influências vindas do exterior, principalmente em sua chegada no país, com contraste franco-belga, a igreja católica e seu carisma com essência feminina em sua gênese. Além disso, o Serviço Social tradicional tinha como base o ajustamento de indivíduos, além do caráter higienista, e no pragmatismo do senso comum.

A busca por atualização na profissão do Serviço Social começa numa conjuntura de país que atravessa novos dilemas, “onde há muito o que fazer, refazer, reconstruir, instaurar e restaurar” (Iamamoto, 2006, p. 327). Vê-se a necessidade de buscar a profundidade e especificidade da profissão, ultrapassando os limites de um assistencialismo paternalista, de caráter católico. Nesse momento, é também necessário a “autojustificação da atividade profissional dos assistentes sociais e das estratégias de

desenvolvimento do campo de ação profissional, de reconhecimento e status” (Iamamoto, 2006, p. 325). A seguir, buscamos analisar os anais dos CBAS de 2019 e 2022, para situarmos a relação clientelismo e Serviço Social.

Nesse sentido, o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais do ano de 2019, ocorrido entre trinta (30) de outubro a três (3) de novembro, tem como temática central os “40 anos do Congresso da Virada”. Traz como referência ao III CBAS, buscando trazer a importância da reconfiguração teórico metodológica do Serviço Social o direcionamento teórico crítico da profissão. O CBAS de 2019 também vem como um espaço de educação permanente, envolvendo profissionais assistentes sociais, docentes do Serviço Social e discentes, debatendo assuntos da conjuntura do momento, para a profissão.

Atento ao movimento da realidade, o congresso faz jus às lutas sociais no combate ao racismo, onde foi realizado pelos participantes do congresso uma manifestação no dia 31 de outubro, com a pergunta: “Quem mandou matar Marielle e Anderson”. Vale lembrar que o evento teve palco em Brasília, e debateu a política social na América Latina; bem como o racismo, que foi tema transversal em todas as mesas.

Após a análise dos artigos, chegou-se ao resultado de 3 artigos relacionados ao clientelismo, sendo eles, “*A influência do Mandonismo em um município da Baixada Fluminense*” (Santana, 2019); “*O trabalho do assistente social no Suas: Um balanço sobre suas particularidades e tendências*” (Morani; Lourenço, 2019) e “*Uma reflexão sobre a realidade do trabalho das/os assistentes sociais da microrregião dos inconfindentes*” (Carrara Et. al, 2019). A seguir, apresenta-se a síntese dos artigos.

Inicialmente, o artigo “*A influência do Mandonismo em um município da Baixada Fluminense*” (Santana, 2019) busca analisar, através de uma pesquisa realizada entre os anos de 2014 e 2016, como o mandonismo tem sido influente no município da Baixada Fluminense. Santana (2019) parte de uma pesquisa bibliográfica, acompanhada da observação que tem em seu espaço de trabalho, inserida como Assistente Social concursada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Seu artigo está dividido entre Introdução, trajetória da política de assistência social, o papel do CRAS, o conceito de mandonismo, relato de experiência no CRAS, e considerações finais.

Em síntese, o artigo atenta-se em uma reflexão a partir da experiência obtida no trabalho em que a autora, assistente social, está inserida. Trata-se de um CRAS, localizado na Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, onde o objetivo parte de desmistificar a assistência social, que é um direito de todos. A autora faz sua pesquisa com base no

materialismo histórico dialético, na busca pela compreensão da realidade social e das particularidades do município.

Em primeiro lugar, a pesquisa e o Serviço Social são entrelaçadas e permitem a compreensão entre teoria e prática, onde ambas são indissociáveis. Segundo Pereira (2005, p.18),

A principal contribuição da pesquisa para o Serviço Social seria propiciar a construção de tipologias, de diagnósticos e tratamento mediante a conversão do conhecimento das ciências sociais em princípios para o exercício da prática profissional. Portanto, no ponto, o Serviço Social, diferentemente das ciências, não estaria voltado para a acurada descrição e interpretação do mundo social, mas para o controle desse mundo, mediante o manejo de técnicas, informadas por disciplinas, tal como procedem ao seu ver, as tecnologias e as engenharias.

Dessa maneira, a pesquisa no Serviço Social surge como fonte transformadora, ao qual os assistentes sociais são orientados a fugir do senso comum, fazendo-se de práticas de observação crítica sobre as expressões da questão social. A questão social é inerente ao sistema capitalista, e é o objeto de intervenção do trabalho dos assistentes sociais. Assim, busca-se articular um pensamento que surge através da observação, partindo do real, na particularidade, até chegar ao concreto pensado. Não obstante, a própria autora revela a necessidade e importância da pesquisa para o Serviço Social, já que a profissão também é campo de investigação, onde assistente sociais chamados a pesquisar através da observação da realidade social, tem contribuído para as novas demandas que surgem na sociedade.

Santana (2019) inicia seu debate com a trajetória da Política de Assistência Social, que tem sua gênese na benesse, caridade e assistencialismo. Mesmo sendo considerada como um direito de todos, e dever do Estado, através da CF de 1988, a Assistência ainda carrega consigo a lógica do favor, onde associamos isso à formação sócio-histórica brasileira, conforme a discussão do primeiro capítulo, sobre esta particularidade brasileira.

No debate sobre a trajetória da política social, a autora recorre brevemente aos estigmas que a política social enlaça no seu desenvolvimento, propagando-se na passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, e assim o surgimento do capitalismo. Com efeito, destaca as desigualdades que se dão com o desenvolvimento capitalista, advindas do pauperismo, com base na extensa reprodução da força de trabalho da classe trabalhadora, que não detém dos meios de produção.

Para a classe trabalhadora, surgem sob a forma de benefícios sociais, elementos que possam conduzir que a reprodução da força de trabalho continue invicta.

Inicialmente, era realizada somente a aqueles que contribuíssem para o capitalismo, ou seja, vendendo sua força de trabalho. Santana cita um argumento de Sposati, autora do *Mito da assistência social*, onde revela que,

A Política de Assistência Social desde o início é arraigada no assistencialismo, no coronelismo. Seus primeiros passos no Brasil deram-se através das damas de caridade da Igreja Católica e das Santas Casas de Misericórdia. “[...] os pobres eram considerados como grupos especiais, párias da sociedade, frágeis ou doentes” (Sposati, 1992; *Apud*, Cardoso, S/D; p.1).

Santana cita o surgimento da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em congruência com o primeiro damismo, admitindo ao poder do Estado fortes influências na relação entre caridade e benefício social para com a classe subalternizada, a classe pobre. Aqui entendemos a forte influência do assistencialismo no Estado, que nunca deixou de ter seu o caráter assistencialista para com o povo.

Somente na década de 1980, nos marcos da redemocratização do Estado, a política de assistência social passa constituir o tripé da Seguridade Social³³. Entretanto, a Política de Assistência Social foi somente regulamentada em 1993, com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), efetivando-se assim como um direito de todos e dever do Estado. Já a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) foi criada em 2004 e, no ano seguinte, se consolidou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Mesmo após a institucionalização da assistência como um direito social, ainda assim reverbera de práticas assistencialistas em seu desenvolvimento, em detrimento de moeda de troca.

A autora também cita o papel e objetivo do CRAS, sendo uma unidade pública estatal e descentralizada da política de assistência social, organizada na oferta dos serviços da Proteção Social Básica do SUAS, sendo a porta de entrada para pessoas em situação de pobreza. É também realizado o trabalho com famílias, assegurando os direitos sociais por meio dos serviços ofertados por toda a rede socioassistencial, sendo também um ambiente transversal ao território, com base na particularidade de cada um.

³³ Na CF de 1988, o Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: I - universalidade da cobertura e do atendimento; II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV - irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade na forma de participação no custeio; VI - diversidade da base de financiamento; VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados. VIII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Posteriormente, Santana (2019) debate o conceito de mandonismo, diferenciando-o de outras categorias, como o clientelismo e o coronelismo. Porém, ambos estão associados, já que o coronelismo parte da influência de coronéis na política, o que ocasiona o mandonismo, que parte do poder político em congruência com a troca de favores mediada pelo clientelismo. Isso tudo, se associa a formação sócio-histórica brasileira, em detrimento a predominância patriarcal, machista e autoritária, articulando-os e definindo em “manda quem pode e obedece quem tem juízo, contas a pagar, medo de perder o emprego e etc” (Santana, 2019, p.6).

A autora retrata esta fala nas experiências obtidas em seu espaço sócio-ocupacional, onde muitos trabalhadores são empregados através de pessoas “influentes”. É presenciado também, a chegada de usuários no equipamento a mando de vereadores, ou até de pastores do município, requerendo a cesta básica, ou atendimento diferenciado dos demais usuários, sem mesmo atendimento da assistente social.

Santana ainda relata que, “Presenciamos diversos usuários que buscavam nos persuadir a atender a sua solicitação, tentando nos intimidar, relatando que iriam procurar a pessoa que os mandou ao CRAS, para informar que não foram atendidos” (Santana, 2019, p. 7). Ressalta também que, a coordenação do equipamento, muitas vezes é obtida por nomeações, por indicação de vereadores, onde acatam os favores e do mandonismo dos políticos.

Isso age contraditoriamente à NOB RH/ SUAS, que orienta:

Nos serviços públicos, o preenchimento de cargos, que devem ser criados por lei, para suprir as necessidades dos serviços deve ocorrer por meio de nomeação dos aprovados em concursos públicos, conforme as atribuições e competências de cada esfera de governo, compatibilizadas com seus respectivos Planos de Assistência Social (Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais), a partir de parâmetros que garantam a qualidade da execução dos serviços.

Ademais, vemos a necessidade de concursos públicos, onde o trabalhador ao ser concursado, pode pleitear-se de opiniões e buscar qualidade e efetivação de direitos, e não de favores, sem medo de perseguição e demissão. Aqui, também reiteramos a importância da articulação da classe trabalhadora, e da luta pela qualificação e pelos direitos trabalhistas. Segundo Hora (2015, p.160),

A Assistência Social precisa ser entendida como um espaço de lutas e reivindicações da população. Logo, o grande desafio que se coloca, não só para os assistentes sociais, mas para todos os trabalhadores do Suas, é o de romper com a herança perversa de uma pobreza persistente e naturalizada, em uma sociedade cada vez mais atingida pelas iniquidades inscritas na trama social. Desse modo, a fim de tornar a política de Assistência Social mais abrangente,

comprometida não apenas com os mínimos sociais, mas com as necessidades sociais dos sujeitos.

Assim, assistentes sociais devem estar atentos às transformações societárias, na busca por estratégias para que a precarização do trabalho do Serviço Social não tome conta dos espaços sócio-ocupacionais. Caminhos estratégicos podem ser iniciados pela mediação entre as dimensões do Serviço Social, a partir de uma formação profissional que seja qualificada, e que essa não se finalize com o início do trabalho profissional, mas que seja permanente.

O Serviço Social está inserido na divisão sociotécnica do trabalho, e assim como intervém na realidade social da classe trabalhadora, também se insere dentro da mesma. Também se nota a importância de um posicionamento profissional que busque o acesso ao direito, desmitificando a lógica do favor, desconstruindo o estabelecido “Jeitinho Brasileiro”³⁴, expondo a ideia da cidadania e ampliação da consciência crítica.

Trazendo mais elementos para o debate da precarização do trabalho de assistentes sociais, o Artigo “*O trabalho do assistente social no Suas: Um balanço sobre suas particularidades e tendências*” (Morani et Lourenço, 2019) vai ao encontro do artigo de Santana (2019), explicitado anteriormente. Está dividido em introdução, tendências da Política de Assistência Social, os desafios e tendências do trabalho do assistente social no Suas e considerações finais.

Seu objetivo parte da investigação de como os espaços sócio-ocupacionais têm sofrido com a precarização, precarizando também o processo de trabalho dos assistentes sociais do SUAS. Nessa ótica, assistentes sociais são submetidos a contratos temporários, a terceirização, restringindo sua autonomia relativa, expostos em situação de alienação, onde as formas de efetivação do Projeto Ético Político profissional do Serviço Social encontram-se cada vez mais tensionadas.

As autoras iniciam o debate considerando a conquista do Estado democrático, após a promulgação da CF de 1988, constituindo direitos sociais que visam ampliar a dignidade da vida humana. Entretanto, com a ira da ofensiva neoliberal, a intervenção

³⁴ Para DaMatta (1984) O “jeito” é um modo e um estilo de realizar. Mas que modo é esse? É lógico que ele indica algo importante. É, sobretudo, um XI modo simpático, desesperado ou humano de relacionar o impessoal com o pessoal; nos casos – ou no caso – de permitir juntar um problema pessoal (atraso, falta de dinheiro, ignorância das leis por falta de divulgação, confusão legal, ambiguidade do texto da lei, má vontade do agente da norma ou do usuário, injustiça da própria lei, feita para uma dada situação, mas aplicada universalmente etc.) com um problema impessoal. Em geral, o jeito é um modo pacífico e até mesmo legítimo de resolver tais problemas, provocando essa junção inteiramente casuística da lei com a pessoa que a está utilizando (DaMatta, 1984, p. 99 *Apud* Prado, 2016, p.11).

social do Estado passa da filantropia, para programas seletivos e focalizados, iniciando também a inserção da privatização, desresponsabilizando sua obrigação de garantir direitos.

Não obstante, a autora também faz parte do resgate das tendências da política de assistência social, atrelada ainda hoje ao assistencialismo por muitos. Isso surge também como debate para abordar o trabalho do assistente social no SUAS, problematizando essa ideia e instigando a reflexão para os desafios que surgem para efetivar o PEP do Serviço Social. As autoras fazem o resgate da trajetória da Política de Assistência Social e, acreditam que a

Fragilidade institucional e o viés clientelista, historicamente predominante na política de Assistência Social, constituíram relevantes obstáculos para o reconhecimento desta arena setorial enquanto política e de sua reafirmação enquanto pública (Morani; Lourenço, 2019, p. 3).

Para exemplificar o SUAS, o artigo traz dados do Censo SUAS de 2017, revelando que

Existem 8.292 CRAS distribuídos pelos municípios brasileiros e 2.577 CREAS em 2.342 municípios, que acompanharam mensalmente 200 mil casos (famílias ou indivíduos). Na Proteção Social Especial, são 5.589 unidades de acolhimento em 2.236 municípios que atenderam mais de 123 mil pessoas incluindo aquelas em situação de emergência social, no qual se visa à reparação e inserção social: acolhimento institucional em diversas modalidades (abrigo, casas de passagem, repúblicas, casas-lar, residências inclusivas, ou em acolhimento em família acolhedora) para pessoas em situação de abandono ou violação de direitos.

Neste sentido, o artigo também busca problematizar os desafios no avanço dos equipamentos distribuídos pelos municípios, seja na operacionalização, estruturação dos mesmos. Além disso, o artigo traz também o debate sobre os retrocessos frente a implantação da assistência social e também, cita a questão dos trabalhadores concursados, que é baixa. Essa problematização age em encontro ao argumento de Santana (2019), ao qual os sem os cargos concursados, ocorre a fragmentação de trabalhadores, que situados em contratos temporários, comissionados, são destinados a contribuir para a integração do clientelismo. Ademais, o artigo traz o debate do neoliberalismo, em que o consideramos como uma onda de recessivos cortes de gastos públicos, que segundo Morani; Lourenço, (2019, p. 7),

Os sucessivos ajustes fiscais vêm se perpetuando com o único objetivo de blindar as despesas financeiras, especialmente o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Porém, cabe ressaltar que o desmonte da assistência social não vem ocorrendo somente pelo desfinanciamento do Fundo Nacional da Assistência Social (FNAS).

Na assistência social, o desfinanciamento ocorre também no Programa Bolsa Família, com reduções dos recursos e um percentual cada vez mais restrito. Ou seja, cada

vez mais, as políticas sociais têm se tornado um tanto focalistas, fragmentadas e se restringindo ao pobre do mais pobre. Já em relação às tendências e os desafios do trabalho do assistente social no SUAS, a autora enfatiza que assistentes sociais estão inseridos em espaços sócio-ocupacionais que se adequam ao sistema capitalista, num cenário de acumulação e crise mundial.

A descentralização é discutida no artigo, uma vez que surge também como uma redução dos gastos públicos, advindos da onda neoliberal e que se adequa como fator positivo no clientelismo. Isto é, muitos municípios podem planejar ações sociais por meios das políticas com recurso próprio, o que é benéfico para a gestão de um determinado território, enfatizando muitas vezes a noção de ajuda, assistencialismo, contrapondo-se a universalização dos direitos sociais. Logo, a assistência social se transforma em um campo de disputa política, com práticas que se configuram como conservadoras, clientelistas (Morani; Lourenço, 2019, p.8)

Em relação ao trabalho do assistente social no SUAS, e como se encontra o quadro de inserção de assistentes sociais no âmbito da assistência social, a escala se encontra deficitária pela via dos concursos públicos, principalmente em municípios. Isso também vai de encontro ao clientelismo situado por Santana (2019), conforme já discutimos acima, onde muitos trabalhadores do SUAS, se inserem por meio de pessoas influentes.

Assim, as condições do trabalho do assistente social nos equipamentos do SUAS, limita espaços para colocar o PEP em execução, uma vez que à uma tensão entre o trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, as demandas dos sujeitos de direitos e a relativa autonomia do profissional (Iamamoto, 2008, *Apud* Morani; Lourenço, 2019 p. 12). Dessa forma, o imediatismo se encontra no cotidiano de muitos profissionais, ocasionado pela precarização do trabalho, e cabe a nós romper com essa lógica. Tudo isso, nos revela como a política de assistência social, rebate no trabalho do assistente social, onde o profissional se encontra tensionado pelo conservadorismo, pelo clientelismo, pelos influxos do capitalismo, trazidos pelo neoliberalismo e erguidos pela formação sócio-histórica brasileira, na herança tradicionalista.

Ainda no artigo “*O trabalho do assistente social no Suas: Um balanço sobre suas particularidades e tendências*”, Morani e Lourenço mencionam a importância da/o assistente social estar comprometido com a efetivação dos direitos, buscando estratégias para superação da psicologização dos problemas sociais, das ações fiscalizadoras, moralizantes, e da culpabilização dos usuários. Neste sentido, também se faz necessário

a busca da superação das práticas assistencialistas e paternalistas, propondo práticas críticas, ancoradas na análise da totalidade (Morani; Lourenço, 2019, p. 13).

Os caminhos propostos partem da efetivação e ampliação dos movimentos sociais, da luta da categoria profissional, e de estarem atentos às normativas da profissão, potencializando o trabalho para com a população, garantindo a concretude do mesmo. Com efeito, a educação permanente também deve ser levada em conta, já que se torna crucial em tempos de transformações societárias, de reorganização do trabalho, dos influxos do conservadorismo e do tradicionalismo. A exemplo, essa permanência pode partir de espaços da própria categoria, já que o conjunto CFESS/CRESS estabelece cursos de educação permanente³⁵ com temáticas que devem ser apropriadas por assistentes sociais, como forma de enfrentamento dos desafios postos nos espaços sócio ocupacionais.

Para elucidar a importância da educação continuada dos assistentes sociais, o artigo *“Uma reflexão sobre a realidade do trabalho das/os assistentes sociais da microrregião dos inconfidentes”*, é submetido pelos autores, Carrara *et al.*, buscando-se elucidar a importância da relação entre a teoria e a prática, com base no cotidiano dos assistentes sociais da região dos inconfidentes, revelando os desafios encontrados nos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais.

Destaca-se que o clientelismo na região é citado pelos autores como um desafio para desenvolver o trabalho profissional, ainda mais em concordância com a reatualização do conservadorismo. Está dividido em tópicos que retratam a relação teoria-prática e tratamento instrumental técnico-operativo no PEP do Serviço Social; identificação dos desafios e os limites socioprofissionais e por fim, os apontamentos finais.

Em síntese, o artigo parte da sistematização da prática profissional do projeto de extensão: A relação Teoria-Prática e o tratamento do Instrumental Técnico-Operativo no PEP do Serviço Social. Nessa ótica, após a reflexão obtida durante o desenvolvimento do trabalho, chegam à conclusão de que a universidade para a formação continuada é crucial para a materialização do PEP.

³⁵ Segundo o CFESS, “pensar a educação permanente no Serviço Social pressupõe, portanto, afirmar o projeto profissional, articulando uma dupla dimensão: de um lado, as condições macrosociedade que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo dos/as agentes profissionais a esse contexto, apoiadas nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Uma vez que, em uma sociedade imersa nos fenômenos de produção social capitalista, pautada na Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS prioritariamente nos moldes do desenvolvimento tecnológico e subordinado, a racionalidade hegemônica ganha nas dimensões individual e coletiva, os traços da instrumentalização do saber”, (CFESS, 2012, p. 8-9).

De maneira introdutória, os autores revelam que o artigo parte de um grupo constituído por assistentes sociais docentes, técnicos administrativos e discentes da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Ambos faziam parte de atividades extensionistas, garantindo aos discentes e assistentes sociais da região a relação entre a teoria e a prática, onde ambas são indissociáveis para o desenvolvimento do trabalho do Serviço Social.

Situa-se também a microrregião dos inconfidentes, afirmando que desde a época colonial o território produz atividades de mineração, causando impactos ao meio ambiente e trazendo problemas sociais para a região. É citado também, o rompimento das barragens, onde Mariana foi palco da maior tragédia ambiental do país. Segundo os autores,

A formação sócio-histórica, a cultura político-econômica da região ergueu-se sobre as estruturas colonial e escravocrata, e marcaram o desenvolvimento socioeconômico da região, reiterando e aprofundando o patrimonialismo e o clientelismo no trato da *res pública* (Carrara *et al.*, 2019, p.2).

Fazendo-se presente de um país de capitalismo dependente, o desenvolvimento econômico de Mariana- Minas Gerais detém-se da arrecadação de impostos da mineração, numa riqueza produzida por trabalhadores da região, que são a classe trabalhadora que não detém dos meios de produção. Assim como os negros escravizados, os trabalhadores das Minas hoje são conhecidos como peões, e habitam na cidade inteira, também considerados como a população flutuante. A população atual enfrenta problemas imobiliários, com altos preços de aluguéis, aumento da violência, assédio, homicídios e o medo para a cidade.

Assim como citado no primeiro capítulo deste trabalho, o capitalismo latino-americano tem sua dependência ao mercado mundial, expropriada pelas metrópoles europeias. Isso irá configurar a particularidade brasileira e, conseqüentemente, a particularidade da região dos inconfidentes, que são palco de exploração desde a colonização do País.

Não obstante, para elucidar a problemática, Mariana é palco do rompimento da barragem de Fundão, em 2015, devido a uma intensa exploração de recursos naturais, assombrando regiões que vivem do minério, e que anos mais tarde, será vivenciado em Brumadinho (2019), deixando 270 pessoas mortas. Consideramos estes elementos como expressões da questão social já que com o rompimento de barragens, novas demandas

surgem para o Serviço Social³⁶. Assim, é necessário que os assistentes sociais da região aprimorem seus conhecimentos para intervir nas demandas que surgem nos espaços sócio-ocupacionais.

Os autores iniciam o desenvolvimento do texto, trazendo a importância da instrumentalidade e, assim, apresentam o Projeto de extensão que possibilitou o estudo,

A Relação Teoria-Prática e o Tratamento do Instrumental Técnico-Operativo no PEP do Serviço Social” busca, com os sujeitos envolvidos, refletir criticamente sobre a realidade de trabalho das/os Assistentes Sociais, no sentido de produzirmos conhecimento, propostas de trabalho, ações e intervenções que estejam articuladas com as atribuições e competências sócio profissionais e ético-políticas fundamentadas pelo atual Projeto Ético-Político do Serviço Social (Carrara, *et al.*, 2019, p. 4).

O projeto de extensão possui extrema importância para o debate das expressões da questão social, que são objeto de intervenção dos assistentes sociais. Com base na particularidade da região, as demandas encontradas pelos profissionais também se tornam particulares, numa região de extensa exploração do capitalismo. Assim, cabe expandir o conhecimento sobre as demandas encontradas, qualificando o trabalho do assistente social, em meio aos desafios postos pelo cotidiano, e as possíveis estratégias para materialização do PEP.

A atividade foi dividida em 4 módulos, com a temática 1: “*A relação teoria-prática e o tratamento do instrumental técnico-operativo no PEP do Serviço Social*”; temática 2: “*A realidade da microrregião dos Inconfidentes e os impactos na política social e no trabalho profissional*”; temática 3: “*Estratégias de atuação frente às demandas postas na atual conjuntura*” e temática 4: “*Contextualizando a atividade realizada*”.

Em relação aos limites e desafios profissionais, o debate inicia-se no desmonte das políticas sociais, com a redução do acesso aos benefícios assistenciais e a intermediação por terceiros no acesso aos direitos sociais, principalmente em Mariana... (Carrara *et al.*, 2019, p.7). Prática que consideramos clientelista.

Um segundo elemento decorre-se na precarização do trabalho profissional, que com as transformações societárias em decorrência, as condições de vida da classe trabalhadora, se reatualizam com frequência, e trazem excesso de funções para

³⁶ 'CFESS Manifesta' aborda o trabalho da categoria em situações de calamidade. O documento é elaborado pela Cofi/CRESS-MG e traz elementos fundamentais para atuação crítica da categoria. Segundo o documento, “o que é chamado de ‘calamidade’ ou ‘desastre’, faz parte de uma histórica política desigual de acesso às riquezas sociais e de uma histórica expropriação e capitalização do território, o que implica em ocupações precárias e em áreas de risco”. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2022-ASemCalamidades.pdf>. Acesso em: 02 de maio de 2024.

profissionais, sobrecarga de trabalho e adoecimento. Isso tudo, em uma condição de vínculos de trabalho fragilizados, já que a existência de concursos públicos tem sido menor, conforme explicitado no artigo de Santana (2019) já abordado no início deste item.

Conforme é sinalizado no artigo, a condição de ser um profissional assalariado, não dispõe no cotidiano do trabalho um controle sobre as dimensões do Serviço Social. Conseqüentemente, os meios de trabalho, o espaço institucional e o empregador definem as demandas para o profissional, que por vezes é sobrecarregado e acaba agindo no imediatismo. A desmobilização da categoria profissional também é explicitada, já que é identificado pelos profissionais tipos de ameaça por parte dos gestores municipais, requerendo respostas às demandas postas, e dificuldade dos mesmos na compreensão³⁷ de quais são as atribuições do assistente social, e o que é o Serviço Social.

O conservadorismo na execução da política social também é citado como desafio, visto que a cultura do clientelismo na região dos inconfidentes possibilita práticas conservadoras e assistencialistas. Conforme exposto pelos autores, “a intermediação de direitos sociais é realizada por terceiros (figuras políticas), na forma de favor. O que tem impacto direto no trabalho do assistente social” (Carrara *et al.*, 2019 p.10).

Isso demonstra que velhos dilemas estão sendo reeditados, conforme é destacado no artigo. Em decorrência da onda neoconservadora que se instaurou no ano de 2019 no Brasil, essas práticas clientelistas, assistencialistas, autoritaristas ficam ainda mais evidentes, já que são tempos de regressão de direitos, de desmonte de políticas sociais e da maior reprodução de capital. Por fim, são apresentadas algumas estratégias para agir diante este cenário desfavorável para a profissão, sendo elas:

[...] reativar o Núcleo de Assistentes Sociais (NAS) em Mariana/MG; realizar discussões sistemáticas acerca das questões/problemas/demandas que se colocam pelos usuários do Serviço Social; construir ações coletivas, junto aos demais assistentes sociais e usuários, para efetivação do trabalho profissional; no caso dos profissionais que trabalham no município de Mariana, é importante pensar no plano de cargos e salários dos profissionais junto ao sindicato; estimular a mobilização dos assistentes sociais, mas também dos usuários na luta por direitos; mobilizar a participação dos assistentes sociais nos diversos conselhos municipais; possibilitar espaços de registro (sistematização) das demandas não atendidas dos usuários para dar visibilidade e construir propostas de atendimento (Carrara *et al.*, 2019,p. 11).

Nesta direção estratégica, a universidade surge como ponto de apoio e espaço para qualificação destas possibilidades, uma vez que a execução de atividades envolvendo a

³⁷ Essa dificuldade de compreensão do trabalho do assistente social persiste na atualidade, principalmente em meu campo de estágio, setor de habitação, por isso, essa problemática surge como projeto de intervenção do Serviço Social, obrigatório no estágio em Serviço Social (Grifos meus).

comunidade e a universidade são essenciais para a ampliação do conhecimento. Isso, na busca da articulação entre o ensino, pesquisa e extensão, que é defendido pelo Serviço Social, bem como a articulação das dimensões do Serviço Social, ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico. Assim, a formação visa à qualificação profissional para o fortalecimento e afirmação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, na dimensão da unidade teoria e prática no exercício profissional do assistente social (Carrara *et al.*, 2019, p. 14).

Portanto, consideramos que os 3 artigos analisados e sintetizados estão em articulação com o movimento dialético, alinhando ideias e tendências do Serviço Social, dentro do sistema capitalista. Assim, corroboram com a ideia do CBAS de 2019, cujo objetivo é alinhar os estudos, que mesmo após os 40 anos do congresso da virada, os insumos do conservadorismo, do neoliberalismo, do clientelismo ainda persistem, impondo desafios ao trabalho do assistente social, em meios de precarização do trabalho e dos espaços-sócio-ocupacionais.

Dando continuidade ao objetivo deste item, partimos para a análise dos artigos encontrados nos anais do CBAS de 2022, que tem como temática central, “Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: Repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina, ocorrido nos dias onze (11) a treze (13) de outubro de 2022, remotamente, devido ao período pandêmico que ainda se presenciava, e a necessidade do isolamento social. Em 2022 o evento foi gratuito, já que as atividades seriam realizadas por meio virtual, o que pode viabilizar maior ampliação da participação da categoria profissional, que mesmo em casa, poderiam debater a profissão em meio à crise sanitária, as novas demandas encontradas, assim como os novos desafios que surgiram nesse período.

Em síntese, o CBAS de 2022 sinaliza o período pandêmico e as estratégias de exploração que foram postas nesse momento. Com a inspiração da música de Elza Soares, “O que se cala”, propôs diálogos, debates e o uso da força progressista, contrapondo a ideia de que a pandemia veio para calar. Assim, o evento permite que mais assistentes sociais entrem em debate, que sejam críticos, e que mostrem que estão em defesa do fim da exploração e opressão.

Nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) do ano de 2022, foram encontrados 4 artigos, sendo eles: *A reforma (contrarreforma) do estado e os rebatimentos no exercício profissional do assistente social* (Costa; Silva, 2022); *O acesso aos benefícios eventuais em Teresina em tempos da covid-19: desproteção e negação de*

direitos (Alves; Silva, 2022); O Serviço Social e as particularidades da atuação profissional no Centro de Referência de Assistência Social de Antônio Prado de Minas - MG (Barros, Adriana, 2022) e Precarização do trabalho na política de assistência social em tempos de pandemia em um centro de referência de assistência social – CRAS (Alves et al, 2022). A seguir, a síntese dos artigos coletados.

O artigo “*A reforma (contrarreforma) do estado e os rebatimentos no exercício profissional do assistente social*” (Costa; Silva, 2022), tem como objetivo analisar as contrarreformas e seus rebatimentos no trabalho do assistente social, uma vez que o clientelismo surge como um destes. O texto está dividido em introdução; crise estrutural do capitalismo e o acirramento da desigualdade social; a reforma do estado e a tradição clientelista vigente; e os rebatimentos disso tudo no exercício profissional, além das considerações finais.

Dessa maneira, as autoras começam destacando transformações que ocorreram no Brasil, sendo vastas, após os 20 anos de ditadura militar, bem como as desigualdades sociais, o agravamento da classe trabalhadora e suas condições de sobrevivência, assim como o crescimento da inflação e o desemprego, gerando a ampliação do Exército Industrial de Reserva³⁸ (EIR). Relatam também, a vinda do liberalismo, que trouxe consequências, instaurando uma crise estrutural, em o Estado tem o aumento de sua dívida junto ao aumento de juros, constituindo um esgotamento financeiro estatal, iniciado o desmonte das políticas sociais, voltadas para as demandas sociais.

As autoras mencionam a concepção do economista Bresser Pereira, onde o mesmo salienta que

a reforma do Estado é uma resposta ao processo de globalização que ameaça mitigar a autonomia dos Estados na formulação e implementação de políticas públicas, bem como a crise do Estado que a nível mundial teve início nos anos 70, porém vigorou nos anos 80 (Pereira, 1998, *Apud* Costa; Silva, 2022, p.3).

Sendo assim, as contrarreformas visam o Estado mínimo, ou seja, a mínima intervenção estatal nos problemas sociais, dando também ênfase na privatização de setores estatais, o que amplia o desmonte das políticas sociais.

Nesta ótica, os autores trazem a articulação entre a reforma do estado e a tradição clientelista, que, ainda nas falas de Pereira (1998) o Estado encontra resistência após a coalização da política de centro, onde de um lado se encontra o funcionalismo dos setores

³⁸Em Marx (2014, p.857) “[...] A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua.”.

médios e baixos, julgando-se de esquerda, e de outro lado o clientelismo, o patrimonialismo, ainda presente. Relatam que a modernização do estado foi limitada por três aspectos, citados no artigo, sendo eles: o patrimonialismo, o personalismo, e as fragilidades da democracia, externizadas pelo autoritarismo, clientelismo e mandonismo (Costa; Silva, p.4, 2022).

Ademais, o jeitinho brasileiro e as características brasileiras são condicionantes deste problema, uma vez que a democracia brasileira não tem se materializado em sua totalidade. Ou seja, as relações entre representantes e povo ainda são balanceadas pelo caráter populista da política brasileira, entrando na concepção do clientelismo e da troca de favores.

As autoras apontam também, nas palavras de Yazbek (2016) que a modernidade posterga as tradições clientelistas. E uma das motivações para que isso ocorra é a crise histórica e estrutural do capitalismo, que aumenta a desigualdade social e assim, amplia as demandas de saúde, educação, habitação e assistência. Assim, para o caráter populista que muitos políticos se apropriam em sua essência, o desmonte das políticas sociais são viáveis para os mesmos, já que assim são remoldados as práticas clientelistas, obtendo votos e hegemonia política através das políticas públicas, que recebem cada vez menos intervenção estatal.

Com base nas sinalizações mencionadas, o Serviço Social tem sido impactado com este movimento de crise estrutural, onde as práticas neoliberais e clientelistas rebatem no trabalho do assistente social. Assistente sociais tem seus espaços sócio-ocupacionais cada vez mais precarizados, e com o esvaziamento dos fundos públicos, a política social fica focalizada e celetista, não atendendo de forma universal. Conseqüentemente, são vivenciadas no trabalho do assistente social práticas imediatistas, pela ausência do financiamento nos setores públicos, bem como espaços físicos inadequados, condições de sigilo comprometido, além de um quadro de profissionais escassos, produzindo um aumento de demandas apenas para um assistente social.

O terceiro setor também é mencionado como uma lacuna estabelecida pelo neoliberalismo, onde as autoras sinalizam, com base nos estudos de Montano, 2002,

Com o “terceiro setor” tornado instrumento da estratégia neoliberal, este assume a função de transformar o padrão de respostas às sequelas da “questão social”, constitutivo de direito universal, sob responsabilidade prioritária do Estado, em atividades localizadas e de autorresponsabilidade dos sujeitos portadores das carências; atividades desenvolvidas por voluntários ou implementadas em organizações sem garantia de permanência, sem direito. Transfere-se, como vimos, o sistema de solidariedade universal em solidariedade individual (Montano, 2002, n.p., *Apud* Costa; Silva, 2022, p. 7).

Nesta esteira, devemos destacar também que a ideologia do terceiro setor traz consigo valores de solidariedade, voluntariado, muito ligado à gênese do Serviço Social, que era estabelecida pela Igreja católica. Assim, aparece também como uma forma do conservadorismo, atrelado a desresponsabilização do Estado.

Segundo as autoras, a contrarreforma possibilitou que a prestação das políticas sociais fosse realizada por organizações sociais sem fins lucrativos. No entanto, administradas com recursos públicos, e com caráter filantrópico, houve o desmonte de direitos da população usuária, bem como os direitos da categoria profissional, na redução dos postos de trabalho e impacto salarial (Costa; Silva, 2022, p.9).

Portanto, as contrarreformas do Estado, atreladas a cultura clientelista ainda vigente, revela os desafios e impasses postos ao trabalho profissional do assistente social, dificultando a materialização do PEP em sua totalidade. Este cenário corrobora com a redução de direitos sociais e o desmonte das políticas sociais existentes, impondo um caminho livre para que a política brasileira mova o assistencialismo pelas vias clientelistas, afastando cada vez mais a democracia brasileira. Neste viés,

O assistente social tem capacidade técnica, para fazer a leitura da realidade, posicionamento crítico para intervir nas expressões da “questão social” advindas da crise do capital. Cabe ao profissional desenvolver ações socioeducativas, objetivando politizar os usuários dos serviços, através de espaços de debates coletivos, visando o alargamento dos serviços públicos, garantindo melhor qualidade e possibilitando uma sociedade mais justa e igualitária (Costa; Silva, 2022, p.10)

Em concordância com o último artigo sintetizado, do CBAS de 2019, “*Uma reflexão sobre a realidade do trabalho das/os assistentes sociais da microrregião dos Inconfidentes*”, a educação permanente também deve estar atrelada às estratégias do assistente social, já que o conhecimento é essencial para apreensão das novas demandas advindas das transformações societárias no cenário da crise estrutural e das contrarreformas. Em termos de precarização do trabalho do assistente social, sendo a contrarreforma com um dos condicionantes, a pandemia também não fica de fora, uma vez que o trabalho profissional em tempos de pandemia foi algo que dificultou a materialização do PEP, causando enormes desafios a categoria.

Já o artigo “*Precarização do trabalho na política de Assistência Social em tempos de pandemia em um centro de referência de assistência social – CRAS*” (Alves, et al., 2022) busca debater este cenário, em meio a política de Assistência Social, onde assistentes sociais são desafiados pelo capitalismo, na regressão de direitos, e pelas práticas clientelistas, citado também no artigo. O mesmo se divide em: introdução; a

sobrevivência em tempos de insegurança; desdobramento do cotidiano profissional e considerações finais.

Os autores iniciam o artigo com apontamentos sobre a política de assistência social, demarcando seu reconhecimento por lei após a promulgação da CF de 1988, como um direito a quem dela necessitasse. Assim, demarcam também a LOAS, reafirmando seus objetivos e princípios, que devem ser seguidos pela Assistência Social, assim como a Saúde e a previdência, constituindo o tripé da seguridade social.

No desenvolvimento destas demarcações, as demandas da assistência também aparecem, reconhecendo como público alvo famílias e indivíduos em situação de pobreza. O caráter familista na política social é algo a ser debatido, equivalente da própria estrutura de formação sócio histórica brasileira, já que o Estado sempre buscou sua intervenção mínima nos problemas sociais advindos do sistema capitalista. No mais, o assistente social se insere na assistência social e para ele, é apresentado novas demandas cotidianamente, que em tempos de pandemia e precarização do trabalho, encontram-se impactos no exercício profissional.

Nessa ótica, os autores apresentam brevemente a situação do aparecimento da covid-19, que trouxe medo, insegurança, mortes, perdas, e o novo. A exemplo, citamos o trabalho remoto, onde assistentes sociais também tiveram de se adaptar ao trabalho por meio da Tecnologia de Informação e Comunicações (TIC)

A Portaria Nº 54/2020 do Ministério de Cidadania e a Nota Técnica Nº 07/2020 orientam sobre a Oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos: a) Suspender temporariamente as atividades coletivas, considerando a orientação de evitar aglomerações neste momento. Deve-se priorizar a avaliação quanto ao remanejamento destes trabalhadores para o suporte a outros serviços, sobretudo os serviços de acolhimento. b) Considerar possibilidades de suporte do SCFV para indicação, por meio remoto de atividades que possam apoiar famílias e indivíduos já em situação de isolamento, levando-se em conta os diferentes ciclos de vida, os impactos do isolamento e a necessidade de organização de uma nova rotina de vida. (Brasil, 2020, *Apud*, Alves *et al.*, 2022, p.5).

A categoria de assistentes sociais, sem nenhum preparo tecnológico e até sem equipamentos oferecidos, foi totalmente impactada pelo “novo”, onde a flexibilização do trabalho, o teletrabalho, que já era vivenciado no mundo, avançava a cada dia. Não obstante, durante a pandemia, diversos assistentes sociais eram trabalhadores da linha de frente, e meramente foram reconhecidos pelos governantes, em gestão de um governo negacionista e genocida, já que houve demora nas vacinas para a categoria.

Ademais, a precarização do trabalho em tempos de pandemia também atravessa problemáticas já existentes, remoldadas pelo período pandêmico. Os autores citam o

exemplo do espaço sócio-ocupacional em que se inserem, o CRAS e a Secretaria de Desenvolvimento Social de Conceição de Almeida, com 23 servidores temporários, 7 cargos comissionados e um agente público (gestora da pasta). Para os autores, além de recursos reduzidos, a rotatividade profissional que ocorre a cada troca de gestão ou por qualquer outra situação de desgaste, é presente no município e impõe aos usuários uma quebra de vínculo rotineira (Alves *et al.*, 2022, p. 7).

Além das condicionantes da precarização do trabalho do assistente social, há também a fragilização dos vínculos para com os usuários da política, a exemplo dos cargos comissionados, com a livre nomeação e exoneração a qualquer momento. Os autores elucidam essa relação conceitual com as palavras de Tavares (2004) ao qual,

[...] o trabalho flexível gera mais oportunidades para classe trabalhadora, capital e Estado criam mecanismos que enfraquecem a forma contratual de trabalho com carteira assinada e proteção social, substituindo-a por formas aparentemente autônomas, como a cooperativa, o trabalho domiciliar, a prestação de serviços, o trabalho parcial, temporário etc., transferindo custos variáveis e fixos para o trabalhador e ainda, em muitos casos, usurpando direitos sociais.” (Tavares, 2004, p. 299 *Apud* Alves *et al.*, 2022, p. 7)

Nessa ótica, as relações trabalhistas e os meios de contratação reforçam a cultura clientelista, onde os autores consideram que isso favorece a moeda de troca durante as eleições, uma vez que concursos públicos não são recorrentes. Segundo os autores, o último concurso no município estudado ocorreu em 2010, algo que vai contra o trabalho e as normativas do SUAS, que impõe que os direitos dos trabalhadores necessitam de ocorrer por meio de concursos, com plano de carreira, salários e condições dignas de trabalho. A autonomia relativa também é debatida no artigo já que os vínculos empregatícios precarizados e fragilizados impõem ao assistente social um fazer profissional imediatista, atendendo os interesses da instituição e não efetivando o PEP da profissão.

Portanto, assim como citado no artigo anterior “*A reforma (contrarreforma) do estado e os rebatimentos no exercício profissional do assistente social*” de Costa; Silva, (2022), a crise estrutural do capitalismo em meio a tantas contrarreformas e esvaziamento do fundo público reproduzem o desmonte de direitos sociais. Do mesmo modo, impactam o trabalho profissional, renovando os moldes tradicionais de assistencialismo e clientelismo em diversos espaços sócio-ocupacionais. Por isso, as estratégias já mencionadas no artigo “*Uma reflexão sobre a realidade do trabalho das/os assistentes sociais da microrregião dos inconfidentes*” devem ser consideradas para avançar nas

lutas de efetivação e materialização de direitos sociais, na defesa dos interesses da classe trabalhadora e na busca por uma nova ordem social.

No que diz respeito ao desmonte em direitos sociais, o artigo “*O acesso aos Benefícios Eventuais em Teresina em tempos da Covid-19: Desproteção e negação de direitos*” (Alves; Silva, 2022) tem como objetivo analisar os impactos que a pandemia ocasionou no acesso aos benefícios eventuais, levando a desproteção ao mundo do trabalho. O artigo se divide em introdução; política social, desproteção social e fundo público; o direito aos benefícios eventuais em Teresina na pandemia; e por fim as considerações finais.

Inicialmente, o artigo recorre ao debate da carga histórica da assistência social, com heranças do assistencialismo, da caridade e filantropia, ainda presentes na atualidade. Assim, as ações passam a se configurar na benesse, benemerência e clientelismo, e não na perspectiva do direito.

Nos marcos das experiências do Estado de Bem Estar Social, a proteção social foi gerida pelo Estado- sociedade- mercado, garantindo recursos para políticas públicas. Na verdade, o real objetivo do estado era intervir na economia, já que sem a mão de obra da classe que necessita da proteção social, o ciclo de desenvolvimento capitalista era impactado. Nessa ótica, a crise estrutural do capitalismo que surge nos anos de 1970 reconfigura os interesses do capitalismo, onde o estado passa a garantir o mínimo, já que com o aumento da dívida, o fundo público é capturado pelo banco mundial, fazendo com que as políticas sociais fiquem cada vez mais focalizadas, seletivas e temporárias, atendendo o pobre do mais pobre.

Com base nestas sinalizações, Alves; Silva (2022) citam também o marco do Programa Auxílio Brasil/Bolsa Família³⁹, e o Benefício de Prestação Continuada, que consomem quase toda totalidade do orçamento do SUAS, deixando assim que outros projetos socioassistenciais fiquem inviáveis com a falta de recursos na realidade concreta. Ademais, os benefícios eventuais estão previstos na LOAS, e deve ser um direito assegurado pelo Estado. Segundo Alves; Silva (2022),

A regulamentação e oferta dos Benefícios Eventuais é de responsabilidade dos Municípios e acompanhada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Em Teresina, esses benefícios são regulamentados por meio da Lei Municipal n.º 4.916 de 30 de junho de 2016, constituindo-se em auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio para atender a situação de vulnerabilidade

³⁹ O Projeto de Lei 2315/22 foi aprovado e assim instituído, a partir de janeiro de 2023, o valor mínimo de R\$600 para o benefício mensal pago a famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica pelo Programa Auxílio Brasil, que passa a ser chamado Programa Mais Bolsa Família. Fonte: Agência Câmara de Notícias.

temporária e auxílio para atender a situação de calamidade pública, destinados a pessoas ou famílias com renda per capita igual ou inferior a ¼ do salário mínimo e que estejam regularmente inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico (Alves; Silva, 2022, p.5).

Com a falta de recursos, ou pela utilização de recursos próprios com a descentralização das políticas sociais, muitos políticos usam isso como moeda de troca na hora das eleições, gerenciando o caráter clientelista. A população que demanda dos serviços acaba aderindo ao clientelismo dos políticos, já que a política social tem sido fragmentada e focalista. Vale ressaltar também que, durante o período da pandemia foi criado o programa Teresina Solidária, pelo decreto municipal nº 19.652 de 14 de abril de 2020. O objetivo era beneficiar trabalhadores autônomos que se encontravam com suas atividades paralisadas devido ao isolamento social, com cestas básicas, onde os benefícios poderiam ser doados pela sociedade civil ou fornecidos pela Prefeitura de Teresina.

Isso reforça a desresponsabilização do Estado, onde a própria sociedade civil tende participar, visando também um caráter assistencialista. Segundo os autores, “[...] a solicitação das cestas por meios de organizações da sociedade civil fragiliza a ideia do benefício como direito do cidadão e corre-se o risco de reforço de concepções assistencialistas e clientelistas que historicamente marcaram tais benefícios” (Alves; Silva, 2022 p.7). Isso ocorre pelo fato de não se conduzir um planejamento estratégico, e sempre optar pelo *Post festum*⁴⁰, ou seja, um planejamento após o problema.

Há a existência de um auxílio para situações de calamidade pública, dividido em duas modalidades: Família Solidária, onde a família desabrigada é acolhida por um grupo familiar, sendo beneficiada com uma cesta básica e materiais básicos. Já a Residência Solidária, é pago um aluguel no valor de 300 reais e o benefício da cesta básica, bem como materiais básicos. Vale ressaltar que o tempo máximo para concessão destes benefícios é de 12 meses.⁴¹

⁴⁰ Segundo Mészáros, “o caráter *post festum* do planejamento é o único tipo plausível no interior da estrutura incuravelmente fetichista do controle sociometabólico do capital. Pois as funções corretivas vislumbradas em tal sistema, por meio da operação do mercado idealizado, falham ao se qualificarem para o real sentido do planejamento em dois importantes modos. Primeiro, porque apenas podem ser retroativas, em resposta a erros de cálculo e falhas percebidos e – mesmo que relutantemente – reconhecidos “após o evento”. E, segundo, porque pela própria natureza de sua característica retroativa podem apenas ser parciais, sem qualquer discernimento das conexões potencialmente duradouras das instâncias particulares reconhecidas” (Mészáros, 2020, p. 176-177).

⁴¹ Os elementos citados vão de encontro aos programas existentes no município de Mariana, onde realizei estágio, no setor de habitação, uma vez que o valor de 300 reais é o mesmo pago em Mariana, onde não consegue suprir o aluguel de muitas famílias, já que o município tem altos índices de especulação imobiliária, e aluguéis condizentes com o valor pago muitas vezes são de residências precárias, que oferecem risco a família ou usuário, sendo contraditório ao objetivo do programa, de estabelecer condições dignas de moradia. (Grifos meus).

Em síntese, no marco da desproteção social, incrementado pela pandemia e pelas contrarreformas do Estado, os benefícios cada vez mais são vistos longe da perspectiva do direito. Os autores salientam que é preciso defender a premissa da lógica do direito, e cabe a nós assistentes sociais estarmos alinhados a isso. Caso contrário, pode ocorrer a volta do assistencialismo em sua totalidade, visto que já revelamos indícios durante este trabalho que o clientelismo está mais vivo do que nunca no país, impactando o trabalho do assistente social.

Nesse sentido, para elucidar o trabalho dos assistentes sociais considerando suas particularidades, tendências e desafios, o artigo *“O Serviço Social e as particularidades da atuação profissional no Centro de Referência de Assistência Social de Antônio Prado de Minas-Mg”* (Barros; Adriana. 2022). É realizada uma análise institucional do CRAS Prefeito José Levindo Fumian, em um município de Minas Gerais, dando enfoque no trabalho do assistente social no espaço sócio-ocupacional. O artigo se divide em introdução; a política de assistência social em Antônio Prado de Minas e o papel do CRAS; as particularidades da atuação profissional do assistente social no CRAS; e por fim, as considerações finais.

Inicialmente, Barros salienta os primórdios da institucionalização da Assistência Social no Brasil, em 1980, após o período de redemocratização que se deu após a articulação de movimentos sociais e a classe trabalhadora, reivindicando direitos sociais. Conforme mencionado no decorrer deste item, a Assistência Social é integrada à Seguridade Social, junto à Saúde e à Previdência.

Com a institucionalização das políticas sociais e o ordenamento das normativas como a LOAS e o SUAS, a assistência passa a ser um direito do cidadão e dever do Estado. Barros menciona Boschetti (2003) onde relata que,

historicamente sem respaldo legal e normas que a regulamentasse, a assistência social foi utilizada como moeda clientelista e apropriada com facilidade pela filantropia voluntarista, tendo se constituído como “parente pobre” das demais políticas sociais. Nesse sentido, há uma nova concepção de assistência social como direito. Entretanto, salientamos que o viés clientelista ainda é presente, ao qual devemos pensar em estratégias para romper com esse caráter que deflagra o direito social (Apud, Barros, 2022, p.4).

Barros (2019) caracteriza o município Antônio Prado de Minas, localizado na Zona da Mata mineira, com uma população estimada de 1577 pessoas, conforme o IBGE de 2021. Menciona também que atualmente, a política de assistência social no município se configura no nível de Proteção Social Básica, na Secretaria Municipal de Assistência

Social, conforme as normativas do SUAS, tendo somente o CRAS em referência para realizar o trabalho, atendendo a comunidade urbana e rural.

No quadro de funcionário, o CRAS conta com 1 coordenadora; 1 assistente social; 1 estagiária de Serviço Social; 1 orientadora social; 1 psicóloga; 1 responsável pela requisição de benefícios; 1 recepcionista; 1 auxiliar de serviços gerais e 1 motorista. Vale lembrar que no mesmo espaço funciona o Cadastro único, sem outras unidades básicas e públicas, deixando toda responsabilidade no CRAS... (*Apud* Barros, 2022, p.5). Também cita a importância da atuação intersetorial, onde revela o “esforço para articulação com as políticas de saúde, educação, e as instâncias de controle social, além do Conselho Tutelar e Judiciário, vinculado ao Fórum da Comarca de Eugenópolis” (Barros, 2022, p.7).

Em relação às particularidades do exercício profissional da/o assistente social no referido CRAS, onde Barros (2022) informa que sua inserção teve início em 2017, e que inúmeros desafios foram encontrados, como:

- a) marcação de perícias com acompanhamento pela assistente social aos usuários nas Agências da Previdência Social; b) a visão que o CRAS é o local apenas para concessão de benefícios eventuais, ocorrendo muita procura, principalmente pela cesta de alimentos; c) os usuários quando não conseguem o atendimento nas demais instâncias das políticas sociais, principalmente a política de saúde procuram o Serviço Social, o que indica relação com o passado histórico da assistência social de abarcar para si todos os tipos de demandas; d) dificuldades dos usuários para a assistência, enquanto direito, e à clara presença, ainda, de busca por um viés paternalista por parte da administração pública; e) demais benefícios como fraldas geriátricas, leites especiais, óculos, medicamentos não ofertados pelo SUS.

Cabe a nós refletir sobre esses desafios, uma vez que impactam o trabalho do assistente social, gerados pela falta de compreensão do que é o Serviço Social. Nesse sentido, alguns entraves devem ser considerados quando se trata de criar estratégias para fugir deste senso comum de que a/o assistente social é um faz tudo, uma vez que o assistente social em condição de trabalhador assalariado, terceirizado ou passando por contratos fica muito a par das demandas impostas pela instituição, tendo uma autonomia relativa totalmente precária.

Deve-se ter em mente, com base na análise crítica da realidade social enquanto totalidade, a busca por possibilidades de ampliação da autonomia, seja pela luta por direitos trabalhistas, por melhores condições de trabalho, para materialização do PEP, ampliando também os direitos sociais e sua plena consolidação. Barros acredita que o melhor caminho é o investimento em encontros coletivos, na ampliação da atuação intersetorial, e ampliação da informação para a população usuária dos serviços,

desmistificando a ideia do assistencialismo e do clientelismo. Relata que essas ações estão sendo realizadas dentro dos limites e possibilidades postos e que, um folder informativo e diálogos sobre o CRAS vem sendo realizado, durante os acolhimentos, atendimentos e oficinas.

Em suma, todos os artigos analisados buscam refletir sobre o trabalho profissional, em meio aos desafios postos pelo sistema capitalista e o ideário neoliberal, intensificando práticas clientelistas. Portanto, percebe-se que o ideal é criar estratégias para ultrapassar os atendimentos imediatistas, estimulando o controle social por parte da classe trabalhadora que demanda dos serviços, buscando a apreensão das dimensões do Serviço Social e mantendo o comprometimento com os interesses da classe trabalhadora. Para isso, o clientelismo deve ser analisado a partir de uma perspectiva crítica dentro dos espaços sócio-ocupacionais, principalmente em regiões que ainda mantêm traços arcaicos em sua administração política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao tecer as considerações finais deste trabalho, compreendemos que buscou-se abordar o clientelismo como um impacto no trabalho de assistentes sociais. Para isso, recorreremos à discussão da formação sócio-histórica Brasileira, por meio de uma análise centrada nas relações de raça, classe e gênero, bem como sua relação intrínseca com os impactos do clientelismo.

Inicialmente, ao analisarmos a questão do capitalismo dependente, consideramos que a exploração da força de trabalho consiste na sociedade desde a acumulação primitiva. No Brasil, através do processo de colonização portuguesa, a escravização de pessoas negras, que foram raptadas de seus locais de origem, demarca a gênese racista brasileira. Desse modo, as estruturas arcaicas mantêm essa vigência de caráter machista, racista no país, bem como o patrimonialismo, o patriarcado, pautado na ideologia do favor, o que vem favorecendo que o clientelismo continue enraizado na sociedade brasileira.

O estágio obrigatório em Serviço Social realizado cidade de Mariana, surgiu como motivação para realização deste trabalho, considerando que trata-se de uma cidade histórica, que mantém traços da colonização, considerado um território que emergiu da invasão portuguesa, construiu-se através da exploração de minérios, retratando as múltiplas expressões da questão social. Tratando-se de um país de capitalismo periférico, com desigualdades sociais, alarmantes, as políticas sociais encontram-se cada vez mais fragmentadas. Por isso, muitos indivíduos buscam o poder político para satisfazerem suas necessidades, numa realidade de burocratização, fragmentação e focalização das políticas sociais.

Durante o estágio, essas indagações foram surgindo e, foi apreendido que a falta de moradia se torna a principal expressão da questão social com que o assistente social do setor é demandado a intervir. Pela falta de moradia, desdobram-se outras desigualdades sociais, com a falta de acesso à saúde, à educação, à mobilidade, à segurança, à alimentação, entre outros.

Conforme já descrito, o assistente social é chamado para intervir nas mazelas da questão social. Entretanto, com as novas determinações sociais advindas da crise estrutural do capital, atuação profissional é impactada, tanto por ser uma categoria profissional de trabalhadores assalariados, quanto pela precarização dos serviços e

espaços sócio-ocupacionais, conduzindo desafios para a materialização do trabalho profissional do assistente social em sua totalidade, visto que, o clientelismo aparece como um impacto do trabalho do assistente social.

No Serviço Social, compreendemos que sua gênese profissional partiu de um caráter assistencialista, de caridade e ajuda. Portanto, conforme discutido no segundo capítulo, onde trouxemos recordamos o Serviço Social na história, o caráter assistencialista na profissão foi rompido a muito tempo, e cabe aos assistentes sociais agirem na viabilização do acesso ao direito e, não da ajuda. Entretanto, o que os vereadores procuram fazer, é manter esse assistencialismo, por meio da troca de votos, favorecendo a ideologia do favor.

Diante disso, consideramos o clientelismo, como uma forma de impacto ao trabalho do assistente social, que é vivenciado nas diferentes sociedades capitalistas. A revisão sistemática sobre o clientelismo na atualidade mostra a realidade de países da América Latina, considerando o clientelismo como troca de favores, compra de votos, assistencialismo, ajuda e corrupção. Por meio da revisão sistemática, compreendemos que a estratégia clientelista mantém traços na América Latina desde seu descobrimento e colonização, uma vez que a relação de troca acontecia desde as guerras. Conseqüentemente, a revisão sistemática analisa o clientelismo como um elemento dirigido em sociedades em desenvolvimento e que não se tornaram democráticas em sua totalidade e, persistente em contextos de pobreza, de intensa precariedade, impondo a troca de benefícios por voto, em sua grande maioria.

No Brasil, mesmo após a promulgação da CF de 1988, a democracia do país tem sido abalada pelas ofensivas neoliberais e conservadoras, que conformam a estruturas arcaicas, baseadas no patrimonialismo, paternalismo, clientelismo, racismo, machismo, sendo condicionantes para que a ideologia do favor prevaleça. Isso reflete na execução das políticas sociais e públicas, precarizando serviços públicos e destinando o acesso aos direitos sociais da classe trabalhadora de forma fragmentada e focalizada.

Desse modo, o clientelismo “indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, vantagens fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (Carvalho, 1998. p.134). Contudo, é uma prática política e social estabelecida em diversas regiões do mundo, e na América Latina, conforme trouxemos a partir da revisão sistemática sobre o clientelismo na atualidade. São relações de troca entre políticos e eleitores, em prol de

um interesse de ambas as partes, buscando-se oferecer a “ajuda política”, com serviços e bens materiais em troca do voto.

Isso tudo, favorece a cultura do favor, onde a “ajuda” do político, favorece o acesso aos benefícios, pela via do bilhete do próprio político ou de seu assessor. Assim, o clientelismo não nega o direito, mas nega que este acesso seja livre de interesses do próprio sistema. A partir destes elementos, nos deparamos com a dificuldade de construir uma nova ordem societária, uma vez que, a consciência de classe é essencial para que desenvolvamos uma nova ordem societária, ou que cheguemos perto disso.

Portanto, por meio da análise dos artigos encontrados nos Anais de 2019 e 2022 do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, compreendemos que o clientelismo tem impactado o trabalho de assistente sociais em diversas regiões do Brasil. Como conclusão da análise dos 7 artigos encontrados, o clientelismo intensifica a precarização de políticas sociais, em meio às contrarreformas e a dependência capitalista. A realidade brasileira, associada a gênese da política de assistência social, pautada na caridade, ajuda e benevolência também é um dos elementos que integram os impactos no trabalho do assistente social, uma vez que, associados às práticas clientelistas por meio de políticos, desintegram a noção de um direito social e dever do Estado.

Compreendemos que, mesmo após a promulgação da CF de 1988, onde direitos sociais passam a ser direitos de todos os cidadãos, tendo o Estado como garantidor, a realidade é diferente. Isso porque o neoliberalismo ainda persiste em sociedades capitalistas dependentes, no desmonte de políticas sociais que preconizam a expropriação da força de trabalho da classe trabalhadora, impactando a igualdade de gênero, a questão racial, os territórios e a qualidade de moradia e vida.

Ademais, o clientelismo não intensifica somente o desmonte de políticas sociais, mas também na precarização de espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, bem como a falta de concursos públicos, fomentando o trabalho de profissionais por meio de contratos, nomeações e terceirizações, impondo uma autonomia relativa ao profissional prevalecendo as demandas imediatas do empregador.

Os desdobramentos nestes contextos, se dão pela inviabilidade e desmobilização de assistentes sociais em movimentos sociais, pouca participação em conselhos e no controle social, bem como a falta de participação ativa. Tudo isso, pelo fato de serem trabalhadores assalariados, que vendem sua força de trabalho, com poucas condições que possam lhes garantir uma autonomia profissional.

Compreendemos então, que o clientelismo, categoria que submete a troca de favores e compra de votos entre patrono e cliente, surge como uma limitação ao trabalho do assistente social. E também, aparece em um trajeto que recupera elementos arcaicos da formação sócio-histórica brasileira. Isso porque, o clientelismo é utilizado em contextos de desigualdades sociais, e assim interferem nas expressões da questão social, na tentativa de amenizá-las.

Portanto, algumas estratégias devem ser tomadas, tendo como base os princípios que norteiam a profissão, defendendo-os e pondo-os em prática, com intuito de alargar a autonomia relativa do assistente social e a redução de práticas clientelistas. Yamamoto (2010) revela que a autonomia relativa deve ser resguardada mediante ao projeto profissional coletivo, embasando-se de princípios e valores que regem a profissão. Ainda afirma que, esta pode ser a possibilidade de sintetizar a imprimir uma direção social ao exercício profissional (Yamamoto, 2010, p. 219-220).

A mobilização de grupos de estudos, pautando uma educação permanente no Serviço Social, articulando a Universidade e os espaços sócio-ocupacionais podem ser viáveis neste cenário. Atuar junto aos movimentos sociais, estabelecendo diálogos, estratégias e ações para materialização de lutas para a conquista de direitos, também é um caminho, considerando as relações de raça, classe e gênero, que atravessam o trabalho do assistente social. Ademais, toda a prática profissional deve ser embasada na articulação das dimensões do Serviço Social, considerando a perspectiva teórico-crítica, ético-política e técnico-operativa. Estes caminhos surgem como possibilidades de alargar a autonomia profissional do assistente social.

Todavia, vimos que o debate sobre o clientelismo e sua incidência no trabalho de assistentes sociais faz parte da realidade social, associada a diversos contextos de precarização do mundo trabalho. Entretanto, o estudo deixa algumas lacunas, já que obtivemos poucas produções no CBAS sobre o tema clientelismo e Serviço Social. Portanto, o Serviço Social como categoria que luta pelos direitos da classe trabalhadora, deve manifestar-se em relação aos impactos do clientelismo no trabalho profissional, uma vez que, pouco se fala sobre o tema, e mesmo assim, não há um aprofundamento científico sobre o problema. Por isso, este trabalho fica também como um encorajamento para colegas a debaterem sobre espaços constituídos por relações de poder e o quão isso impacta o trabalho profissional, que tem sua autonomia relativa cada vez menor.

Cabe aqui reforçar que, para a construção de uma sociedade mais igualitária, é necessário a busca por caminhos de mudança deste cenário, onde as estruturas arcaicas e,

em especial o clientelismo, têm provocado maiores desigualdades e perdas de conquistas de décadas passadas. Vivemos tempos de retrocessos e isso merece atenção, principalmente de assistentes sociais e da população usuária, reconhecendo-os como sujeitos de direitos. Por isso, estudar os elementos que intensificam o clientelismo na realidade brasileira é um dos caminhos e estratégias de avanço. Com efeito, o trabalho do assistente social, ao qual vimos os impactos sofridos pelo clientelismo, deve seguir firme em uma perspectiva crítica e na defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora. A resistência e luta em meio ao cenário de retrocessos e a volta de estruturas arcaicas é necessária, e cabe a categoria de assistentes sociais o enfrentamento deste cenário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Clícia Carolaine De J. *et. al.* **Precarização do trabalho na Política de Assistência Social em tempos de Pandemia em um Centro de Referência de Assistência Social – Cras.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022.

ALVES, Dannylo; SILVA, Lucelia. **O Acesso aos Benefícios Eventuais em Teresina em tempos da Covid-19: Desproteção e negação de direitos.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022.

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves. O metodologismo e o desenvolvimento no serviço social brasileiro–1947 a 1961. **Serviço Social & Realidade**, p. 268-299, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** São Paulo: 1ª ed. Boitempo Editorial, 2020. 336p.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo Dependente Latino- Americano.** Florianópolis: 2ª ed. Editora Insular, 2013. 218p.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** São Paulo: 3ª ed. Cortez Editora, 2005. 209p.

BARROS, Adriana Alice Gomes D. **O Serviço Social e as particularidades da atuação profissional no Centro de Referência de Assistência Social de Antônio Prado de Minas-Mg.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022.

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** São Paulo: Cortez editora, 2016. v.2. 200p.

BONFIM, Paula. **Conservadorismo Moral e Serviço Social: A particularidade da formação moral brasileira e sua influência no cotidiano de trabalho dos assistentes sociais.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris. 2015. 230p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013.

CARRARA, Virginia Alves et al. **Uma reflexão sobre a realidade do trabalho das/os assistentes sociais da microrregião dos inconfindentes.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial.** Rio de Janeiro: 4ª ed. Civilização Brasileira, 2008. 439p.

_____, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual.** Scielo, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz/>.

CARNEIRO, Sueli **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil** / Sueli Carneiro — São Paulo: Selo Negro, 2011.

CASTRO, M.M. **História do Serviço Social na América Latina.** São Paulo: 5ª ed. Cortez, 2000. 171p.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão.** 2004. 205p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2004.

COSTA, Fernanda; SILVA, Juliana. **A Reforma (Contrarreforma) do Estado e os rebatimentos no exercício profissional do assistente social.** In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022.

COSTA, Renata Gomes da. **Apropriação das mulheres no Brasil: uma análise feminista e antirracista das consequências materiais do capitalismo dependente.** 2019. 292p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

DAGNINO, Evelina. **Anos 90: política e sociedade no Brasil.** São Paulo: 1ª ed. Brasiliense, 1994. 172p.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: 1ª ed. Boitempo Editorial, 2016. 237p.

DE OLIVEIRA NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático.** Rio de Janeiro: 3ª ed. Editora Zahar, 2003. 135p.

DUARTE, Kamilla Alves. Dominação burguesa entre o velho e o novo: a ascensão da extrema-direita no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, 2023.

ESCURRA, María Fernanda et al. **Pobreza no capitalismo: elementos para a análise crítica com base na teoria valor-trabalho de Marx.** 2015. 228p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica.** São Paulo: 5ª ed. Editora Globo. 2ª reimpressão. 2006. 501p.

_____, Florestan. **Que tipo de república?** São Paulo: 2ª ed. Globo, 2007. 250p.

_____, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: 2ª ed. Zahar. 1975. 143p.

FIUZA, Solange Cristina Rodrigues; DA COSTA, Lucia Cortes. **O direito à assistência social: O desafio de superar as práticas clientelistas.** Serviço Social em Revista, v. 17, n. 2, p. 64-90, 2015.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: 2ª ed. Editora Atlas SA, 1989. 203p.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade no trabalho do assistente social**. Capacitação em Serviço Social e política social, v. 4, p. 53-63, 2000.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. 519p.

HORST, Cláudio *et al.* CONSELHO REGIONAL DO SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS (CRESS MG). **A Dimensão técnico- operativa no trabalho de assistentes sociais**. Minas Gerais – Belo Horizonte: CRESS, 2023. 300p.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: 19ª ed. Cortez Editora, 2006. 369p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **40 anos da “virada” do Serviço Social no Brasil: história, atualidade e desafios**. Libertas, v. 20, n. 1, p. 1-20, 2020.

_____, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais, p. 15-50, 2009.

_____, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. Cortez editora, 2010. 473p.

_____, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: 3ª ed. Cortez Editora, 2000. 353p.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

LEITE, Marcia. O trabalho de cuidado e a reprodução social: entre o amor, o abuso e a precariedade. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 13, n. 1, 2023.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. 10. ed. Florianópolis. **Revista Katálysis**. 25 de setembro de 2007.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013. 837p.

MARINI, Ruy Mauro, **Dialética da Dependência Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000. 269p.

MAY, T. **Pesquisa Social –Questões, métodos e processos**. Porto Alegre:1ª ed. Artemed. 2004. 288p.

MEDEIROS, Ana Hortência A. **Ultraneoliberalismo X Bolsonarismo: Inflexões Sobre A Política De Assistência Social Nos Dias Atuais**. V SIPINF-Seminário Internacional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família: Atravessamentos do Neoliberalismo nas políticas públicas no contexto pandêmico, 2021.

MENÉNDEZ-CARRIÓN, Amparo. **Clientelismo electoral y barriadas: perspectivas de análisis**. 1985. 33p.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. Boitempo Editorial, 2020. 259p.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: 28ª ed., Editora Vozes, 2009. 108p.

MORAES, P. M. et al. Familismo e política social: aproximações com as bases da formação sócio-histórica brasileira. **Revista de Política Públicas da UFMA**, v. 24, p. 802-818, 2020. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/13675>. Acesso em: 20 de julho de 2024.

MORANI, Carla do N. S.; DE SOUZA LOURENÇO, Letícia. **O Trabalho do Assistente Social no Suas: Um balanço sobre suas particularidades e tendências**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019.

MOTA, Ana Elizabete. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. **Serviço Social & Sociedade**, p. 39-53, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. São Paulo: 8ª ed. 5ª reimpressão. Cortez, 2012. 271p.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. São Paulo: 7ª ed. Cortez, 2007. 91p.

NETTO, José Paulo *et al.* **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 667-701, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: 17. ed. 4ª reimpressão, Cortez, 2015. 424p.

_____, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: 2º ed. Cortez, 1996. 149p.

_____, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: 1ª ed. Expressão Popular, 2011. 59p.

NICHTER, Simeon Charaka. **Politics and poverty: Electoral clientelism in Latin America**. University of California, Berkeley, 2010. 120p.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociosexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do Covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno crh**, v. 33, 2020.

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Teoria geral do direito e marxismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1988. 117p.

PAREDES, Carlos Sixirei. Federalismo y centralismo en los orígenes de la Colombia contemporánea. **História (São Paulo)**, v. 33, n. 2, p. 330-345, 2014.

PRADO, Alyssa Magalhães. **O jeitinho brasileiro: uma revisão bibliográfica**. Horizonte Científico, v. 10, n. 1, p. 1808-3064, 2016.

PRATES, Jane. Serviço Social e Pesquisa: **O método marxiano de investigação e o enfoque misto. El debate sobre las teorías críticas en la formación profesional**. Porto Alegre/RS, 2012.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, p. 420-437, 2011.

RUFINO, Priscila de Moraes et al. **A pobreza no contexto da sociabilidade capitalista**. Universidade Federal de Alagoas, 2019.

SANTANA, Edith Licia Ferreira Felisberto. **A influência do mandonismo em um município da Baixada Fluminense**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2019.

SANTOS, Tatiane; STAMPA, Inez. **A RESSIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL: exame das contra reformas nos governos Temer e Bolsonaro**. In: X Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth IB. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. 119p.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: 2ª ed. Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.

SPOSATI, Aldáza de Oliveira et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1995. 112p.

VASCONCELOS, M. **Responsabilidades Familiares. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. Revista do Observatório da Igualdade de Gênero, Brasília, 2009.

VIANA, Beatriz Borges; CARNEIRO, Kássia Karise Carvalho; GONÇALVES, Claudenora Fonseca. **O Movimento de Reconceituação do Serviço Social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade.** 2017.

YAZBEK, Maria Carmelita *et al.* O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 125-143, 2009.